

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
MERENDA**

**PRESIDENTE
MARCOS ZERBINI - PSDB**

18.10.2016

CPI - MERENDA**18.10.2016**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário.

Registro, com muito prazer, as presenças dos nobres deputados Gilmaci Santos, Barros Munhoz, Estevam Galvão, Alencar Santana Braga, Beth Sahão, Marcia Lia e José Zico Prado.

Peço à secretaria que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Solicito à assessoria que, por favor, traga o primeiro depoente, Sr. Cleiton Gentili, ex-servidor da Secretaria da Educação.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, está aqui presente o Sr. Cleiton Gentili. Para a sua informação, o senhor está aqui como testemunha e, em função disso, tem o dever de falar a verdade, sob todas as implicações legais, tanto do ponto de vista civil quanto criminal. A praxe tem sido a de abrir um primeiro espaço para que a pessoa se identifique e conte um pouco de sua história na vida pública: quando o senhor ingressou na secretaria, quais atividades desenvolvia e, por fim, qual sua relação com a chamada Operação Alba Branca - o que o senhor sabe dela e qual seu envolvimento com relação ao contrato firmado com a Coaf e a Coagrosol. Enfim, que o senhor faça uma primeira explanação, para que depois passemos às perguntas dos deputados. O senhor tem a palavra.

O SR. CLEITON GENTILI - Bom dia, deputados. Primeiramente, eu gostaria de destacar que, na verdade, eu não tenho absoluta relação com todas essas questões que estão sendo veiculadas. Trabalhei por 15 anos na Secretaria de Agricultura e não tenho nenhuma notificação do Tribunal de Contas ou da Secretaria da Fazenda. Orgulho-me muito disso. Sou professor efetivo de sociologia e filosofia da rede estadual de Educação, do que me orgulho muito. Minha rotina é dura: dou aula de segunda à sexta, das 19 às 23 horas.

Falando um pouco sobre minha ida à Secretaria da Educação. Na verdade, quando passei no concurso para ser professor, eu desejava muito trabalhar na área da Educação. Trabalhei por muito tempo na Secretaria de Agricultura - 15 anos. Eu queria um novo tema, queria trabalhar com educação. Foi quando eu fui para a Secretaria da Educação. Meu desejo era trabalhar na área pedagógica, mas o que surgiu, de fato, foi trabalhar no Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno - DAAA -, para apoiar a agricultura familiar, já que eu tinha trabalhado tantos anos na Secretaria de Agricultura.

Quando cheguei à Secretaria da Educação, coube a mim iniciar um trabalho de contatos com os técnicos das Secretarias de Agricultura e da Justiça, por conta do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social - PPais -; fazer contato com as câmaras setoriais, que representam setores produtivos; mapear, no estado de São Paulo, qual seriam os possíveis produtos a integrar o rol de produtos da agricultura familiar dentro das compras da Secretaria da Educação. O contrato que é objeto de análise da Operação Alba Branca era uma chamada pública que já tinha acontecido. Cheguei no momento em que já havia acontecido a chamada pública.

É importante destacar que, com a reforma da Secretaria da Educação, dentro da sua reestruturação, houve uma definição dos papéis dos departamentos. Toda a parte técnica de organização e busca de produtos, de contatos com as Secretarias de Agricultura e da Justiça - tudo isso era feito pelo Departamento de Alimentação, do qual eu fazia parte. O departamento que analisa e processa as chamadas, faz pesquisa de preços e controla os contratos é outro: o Departamento de Suprimentos e Licitações - o Desup. O departamento do qual eu fazia parte era o DAAA - Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno.

Agradeço pela possibilidade de vir a esta CPI e me defender dessas falsas acusações. Até este momento, não houve essa possibilidade. Nós escutamos, pela imprensa, e ficamos de braços atados, sem podermos nos defender. Então, agradeço pela

oportunidade de estar aqui e, de alguma forma, ajudar na apuração das questões relacionadas ao contrato com a Coaf.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Em que período o senhor foi à Secretaria da Educação e qual cargo o senhor exercia lá?

O SR. CLEITON GENTILI - Fui nomeado em janeiro de 2015 e tomei posse em fevereiro na Secretaria da Educação, até que minha exoneração na Secretaria de Agricultura fosse processada. Tomei posse na Secretaria da Educação em fevereiro. O cargo que eu ocupava era de assistência; eu era um assistente técnico. Eu não tinha nenhum contato, por exemplo, com contratos. Essa não era minha atribuição. Minha atribuição sempre foi a de apoiar a secretaria, para que houvesse um alavancamento das compras institucionais da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E o senhor permaneceu até que data lá?

O SR. CLEITON GENTILI - Até 16 de setembro, quando fui exonerado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deste ano?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mais alguma pergunta?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero cumprimentar o presidente, colegas deputados e o depoente, que está na qualidade de testemunha. Sr. Cleiton, o senhor disse... O senhor não está sendo acusado; está sendo ouvido como testemunha, e todas as informações são importantes para elucidarmos o ocorrido, trazendo a verdade à tona. Se tal coisa ocorreu ou não, e qual a responsabilidade de quem. Quero cumprimentar a todos da imprensa e os servidores.

Se o senhor pudesse falar um pouco mais sobre esses departamentos... O senhor falou sobre um departamento, sobre uma função, sobre outra... Mas falar um pouco mais daquilo que o senhor fez no departamento em que estava.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Qual a data da exoneração da Secretaria da Educação?

O SR. CLEITON GENTILI - Dia 16 de setembro; mês passado.

Na Secretaria da Educação, existem dois departamentos. Existe uma coordenadoria chamada Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - a Cise. Dentre os departamentos que ela possui, existem dois. Um deles é o de Alimentação e Assistência ao Aluno - o DAAA -, que é onde a merenda está. Toda a parte técnica, de definição de cardápio e embalagens, está dentro do DAAA. O Desup - Departamento de Suprimentos e Licitações - processa as chamadas públicas, as licitações.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É ele que abre a licitação e encerra?

O SR. CLEITON GENTILI - Isso. É dentro do Desup.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para começar uma licitação nessa coordenadoria, quem toma a primeira atitude?

O SR. CLEITON GENTILI - O DAAA; nós.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fazendo o quê?

O SR. CLEITON GENTILI - Definindo qual produto será comprado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas quem abre formalmente a licitação?

O SR. CLEITON GENTILI - O Desup, que é responsável por toda a parte de pesquisa de preço, pela formatação do edital e publicação do edital. Esse departamento é responsável por isso. O Departamento de Alimentação é responsável por toda a parte técnica, pela definição, por exemplo, do cardápio: “vamos comprar tais e tais produtos”.

É o DAAA que faz isso e encaminha essa solicitação ao Desup, que faz todo o processamento previsto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Inclusive das chamadas?

O SR. CLEITON GENTILI - Isso. É claro que o DAAA apoia o Desup, por uma questão lógica de pessoal, de quantidade de trabalho que existe tanto no Departamento de Alimentação quanto no Departamento de Suprimentos. Há uma demanda muito grande de trabalho dos servidores. Recai uma recarga de trabalho muito grande a cada um dos servidores, tanto do DAAA quanto do Desup. O que me cabia? Fazer contatos, ser o elo com os técnicos da Secretaria de Agricultura, porque através de tal secretaria, nós mapeávamos os produtos, os possíveis produtores e as possíveis cooperativas participantes. Fiz contato com as câmaras setoriais, que são órgãos colegiados que estão dentro da Secretaria de Agricultura, justamente para apresentar nossa demanda.

O objetivo do Departamento de Alimentação sempre foi melhorar a alimentação escolar para as crianças, para os alunos. Então, fizemos esse primeiro contato com as câmaras setoriais. Além disso, procurei efetuar contatos com as universidades, para que elas pudessem qualificar nosso trabalho. Até então, Srs. Deputados, não há um trabalho no sentido de capacitar os servidores, e há uma exigência da lei federal para que estados e municípios cumpram os 30% da agricultura familiar. E há uma pressão muito grande. Nesse tempo todo, foi esse o trabalho que buscamos realizar.

Quando do atendimento, por exemplo, de cooperativas, no Departamento de Alimentação, tanto na Treze de Maio quanto no prédio da Praça da República, esses atendimentos eram sempre com mais pessoas. E esses atendimentos eram registrados em livro ata. Nós temos livro ata registrando essas reuniões.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Como esclarecimento geral, nós nos damos por satisfeitos. Agora são nove horas e 58 minutos. Os senhores deputados podem se inscrever até as 10 horas e 58 para fazer perguntas ao depoente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só mais um esclarecimento, que é importante: gostaria que o senhor contasse como entrou na Secretaria de Agricultura e que falasse um pouco sobre sua vida política.

O SR. CLEITON GENTILI - Na Secretaria de Agricultura?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor é professor da rede estadual, na área de sociologia, e foi trabalhar na Secretaria de Agricultura. Como se deu isso?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para complementar a pergunta do deputado Alencar Santana Braga: como o senhor entrou no DAAA?

O SR. CLEITON GENTILI - Na Secretaria de Agricultura, eu comecei como estagiário no programa Vivaleite. Ao longo da execução das minhas atividades, fui ocupando alguns cargos: de estagiário, passei ao cargo de assistente, e vim crescendo dentro da Secretaria de Agricultura até ocupar um cargo de coordenador.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Coordenador do quê?

O SR. CLEITON GENTILI - Da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - Codeagro. Dentro da Codeagro, por exemplo, criamos vários programas, todos eles por decreto: Hortaliamento, Cozinha Alimento... São programas importantes da Secretaria de Agricultura, que estão em execução até hoje. Nunca tive nenhuma notificação do Tribunal de Contas nem da Secretaria da Fazenda. Na verdade, sempre fiz questão de estar próximo, em especial, das auditorias, acompanhando de perto quais eram os apontamentos, para corrigirmos e trabalharmos de forma a atender às exigências dos órgãos de fiscalização. Quando, em 2014, eu passei no concurso da Educação, para ser professor...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Antes que o senhor fale do concurso... Desculpe interrompê-lo...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para dizer que V. Exa., deputada Beth Sahão, é a primeira inscrita, e a palavra está com a senhora. Já está contando o tempo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor foi indicado por alguém nessa sua trajetória de estagiário até coordenador da Codeagro?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor foi avançando por mérito próprio?

O SR. CLEITON GENTILI - Isso. Nunca tive nenhum padrinho político. E hoje, só estou com meu cargo de professor. Apenas as aulas é que me mantêm vivo, porque...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor foi exonerado da Secretaria da Educação no dia 16.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual a razão? A Dione, que veio aqui semana passada, tinha sido exonerada, mas não sabia dizer por quê.

O SR. CLEITON GENTILI - Fiquei sabendo da minha exoneração no dia em que a exoneração saiu. Fiquei sabendo, através do diretor do departamento, Roberto Liberato, que minha exoneração tinha sido publicada naquele dia. Dentro dessa trajetória no serviço público, minha convicção é de que minha exoneração se deu por conta da mudança de gestão: há uma nova coordenadora, um novo diretor. É nisso que acredito - que, por conta de uma mudança de gestão, eu fui exonerado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, quanto à mudança de gestão, o senhor fala em nível de secretaria? Porque essa secretaria já tem um novo secretário há bastante tempo, desde janeiro de 2015. De janeiro de 2015 até setembro de 2016, há mais de um ano e meio. Só um ano e meio depois é que foi...

O SR. CLEITON GENTILI - Ah, sim. Mas a mudança que estou dizendo é da coordenadora da coordenação da qual eu fazia parte. Essa mudança se deu no início do mês de setembro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor só pode atribuir essa exoneração à mudança de gestão? O senhor acha que foi por alguma outra coisa que pode ter... O senhor não suspeita que a sua exoneração possa ter sido por alguma outra causa, por alguma outra razão?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu acredito que não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mais pessoas foram exoneradas também?

O SR. CLEITON GENTILI - Mais, mais, uma lista enorme de 40 pessoas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor não acha estranho ter sido exonerado dois dias após a sua convocação para depor na CPI ?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputada, eu prefiro acreditar que não porque ser exonerado por coisas que são publicadas na imprensa sem dar a oportunidade de ser ouvido, acho que é uma injustiça muito grande. Eu acredito que a administração não faria isso.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O Cleiton participou da penúltima reunião do PPais na Secretaria da Justiça. Eu estava lá, você se lembra da nossa conversa. Você foi exonerado logo depois daquele dia?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, não. Fui exonerado dia 16 de setembro.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Quando foi essa reunião?

O SR. CLEITON GENTILI - Acho que foi no finalzinho de agosto ou começo de setembro a reunião do PPais.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Foi próximo, foi muito próximo.

O SR. CLEITON GENTILI - Foi próximo, inclusive quando da mudança de gestão eu procurei o novo diretor e falei: “Sou membro da comissão do PPais e membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar”. E coloquei o meu cargo à disposição porque assim eu aprendi. Quando há uma mudança de gestão, você coloca seu cargo à disposição para que o novo administrador possa fazer o que ele desejar porque é natural que uma nova gestão queira trazer a sua equipe. Por todos os cargos que eu passei eu fiz isso.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Esse novo coordenador não levou em conta nada disso, mesmo com toda sua capacidade, sua experiência?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você é atuante, sou prova disso. O novo coordenador não levou em conta nada...

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, é coordenadora e diretor. Acho que na avaliação da administração julgaram que os meus serviços não seriam mais necessários.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É no mínimo estranho, uma vez que o senhor teve uma vasta experiência na Secretaria de Agricultura: tem um conhecimento técnico no que diz respeito à agricultura familiar. O senhor mesmo disse isso não só aqui, mas também no depoimento na Corregedoria-Geral da Administração, onde isso está muito claro, quer dizer, esses 15 anos em que o senhor ficou na Secretaria de Agricultura lhe deram um peso grande no que diz respeito a essas questões. O senhor disse aqui que foi deslocado para a Secretaria da Educação exatamente por isso: por ter esses contatos, por ter esse conhecimento, por saber lidar com a questão da agricultura familiar, por saber fazer esse mapeamento da escolha de agricultores familiares para poder aprimorar a questão dos alimentos colocados na merenda. São palavras suas ditas ainda há pouco.

Então, é estranho que uma pessoa com esse currículo tenha sido exonerada sem uma causa esclarecedora. Pelo que você coloca, não houve nenhuma motivação que pudesse levar à sua demissão da pasta. Portanto, fica essa dúvida para nós: se isso não

se deu exatamente por conta da sua convocação ou convite, que seja, para a CPI desta Casa. Queria que o senhor refletisse a esse respeito também.

O senhor disse que lá no Cenut, onde o senhor trabalhava, era subordinado ao Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno. O senhor sabe me dizer se esse departamento também se responsabilizava pelas chamadas públicas, pelas licitações?

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, o departamento ficava responsável pela definição do cardápio. Identificavam-se quais os possíveis produtos que seriam objeto de compra diretamente da agricultura familiar. Então como há um trabalho de diversificação dos produtos para a alimentação escolar, sobretudo dos alimentos in natura, busca por produtos in natura, o trabalho do departamento era definir quais os produtos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O departamento não tinha nenhuma ingerência no Desup?

O SR. CLEITON GENTILI - Ingerência não. O que há é um trabalho cooperativo entre os departamentos porque há muito trabalho. Eu não sei se posso fazer isso, mas que os deputados possam conhecer a dinâmica de trabalho daquele departamento. Do diretor até aqueles que trabalham com informática, o trabalho é muito. E no Desup a mesma coisa. Há uma rotina de trabalho muito pesada. O que há, na verdade, é um trabalho conjunto entre os dois departamentos. A responsabilidade do DAA, Departamento de Alimentação, é definir o cardápio, quais os produtos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o fato de o senhor ter essa experiência grande com cooperativas de agricultura familiar não o colocavam à frente dessas decisões para definir aquilo que seria comprado, os preços? O senhor soube de alguma chamada pública para o suco de laranja em 2011? O senhor sabe me dizer de cálculos de preço, se era o seu departamento que calculava para o suco de laranja ou se era o outro departamento, o Desup?

O SR. CLEITON GENTILI - Essa parte de pesquisa de preço é toda feita no Desup.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não participava disso.

O SR. CLEITON GENTILI - Não participava disso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mesmo tendo um conhecimento grande como o senhor demonstra ter.

O SR. CLEITON GENTILI - Veja só um detalhe: as chamadas públicas que foram feitas, em nenhuma delas eu participei. Eu não estava na secretaria.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor chegou à secretaria quando? Desculpe-me, o senhor pode ter falado, mas eu não lembro.

O SR. CLEITON GENTILI - Em fevereiro de 2015. A chamada pública objeto de análise da Operação Alba Branca é de 2014. Eu não tive participação nenhuma nessas chamadas públicas. A ideia da minha ida para a Secretaria da Educação era trabalhar no sentido de melhorar, de fazer com que a secretaria pudesse alavancar as compras.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor de forma direta ou indiretamente ajudava as cooperativas de agricultura familiar a conhecerem os editais da chamada pública uma vez que o senhor tinha essa relação com o pessoal das cooperativas? O deputado Zico é testemunha da sua competência nessas questões. O senhor chegava a participar de conversas com eles ou de debates...

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, fizemos muitas reuniões com produtores rurais, com órgãos representativos das cooperativas, conversamos com a Ocesp, com as câmaras setoriais, tivemos muitas conversas no sentido de trabalhar junto com o setor. Com as cooperativas e produtores rurais a mesma coisa. Nós participamos de eventos, fizemos reuniões com...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nessas reuniões nunca foram discutidos preços, valores? Porque há uma discussão de que esses sucos foram comprados com valores muito acima do mercado. Desse debate o senhor não participava?

O SR. CLEITON GENTILI - Debate de preços não. Sempre era algo no sentido de reunir, conversar e identificar com os setores quais os produtos e de que forma os produtores estavam organizados para poder atender às chamadas públicas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor pertencia à comissão de licitações?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Última pergunta, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor por acaso fez contato com o Carlinhos, da Coaf, a pedido da Sra. Dione Pavan?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E esse contato foi para responder sobre um ofício de reequilíbrio financeiro econômico?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim. Eu fiz esse contato.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabe que esse ofício desapareceu dentro da secretaria?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E que ninguém sabe dizer onde está esse ofício?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É uma irresponsabilidade um ofício dessa natureza... Qualquer papel dentro de setor público desaparecer já é uma

irresponsabilidade, dependendo do teor então essa responsabilidade é ainda maior. O que o senhor sabe a respeito do desaparecimento desse ofício? Porque a Sra. Dione esteve aqui na semana passada e disse que o ofício estava em cima da mesa dela e desapareceu como num passe de mágica. Eu quero saber se o senhor tem alguma informação a respeito.

O SR. CLEITON GENTILI - A demanda desse ofício surgiu em dezembro de 2015. Tínhamos acabado de realizar uma mudança: saímos do prédio da Treze de Maio, onde o departamento ficou muitos anos, e fomos para a Praça da República. Ficamos numa sala improvisada até que a estrutura ficasse pronta para que pudéssemos ocupar a sala em definitivo.

Nessa época, dezembro de 2015, eu estava responsável pelas chamadas públicas do PPais, eram oito chamadas públicas. Então o volume de trabalho era muito grande. Claro, com o apoio de outros técnicos....

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fazia o quê nessa chamada pública do PPais?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, está inscrito para falar o deputado Gilmaci Santos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É pertinente.

O SR. CLEITON GENTILI - São oito chamadas públicas que estão em execução em oito diretorias de ensino. A minha responsabilidade era, junto com as nutricionistas, definir o cardápio e alimentar o sistema Saesp II e fazer com que instruíssimos os processos o quanto antes para que eles pudessem ser objeto de pesquisa de preço feita pelo Desup para que as chamadas públicas acontecessem, no máximo, em fevereiro de 2016. Este era o nosso cronograma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então você tinha participação nessas chamadas públicas.

O SR. CLEITON GENTILI - Do PPais. Uma coisa é o Programa Paulista de Interesse Social, o PPais, outra coisa são as chamadas públicas FNDE. O PPais, como é compra de hortifruti diretamente de produtores rurais individuais, junto com o Desup eu acompanhava mais diretamente. Agora, as chamadas públicas FNDE que é a compra, por exemplo, do suco de laranja, isso era processado de outra forma. Nesse período, em dezembro, eu estava apoiando a consecução dos processos de chamada pública do PPais, eram oito chamadas públicas. A minha mesa estava repleta de processos, trabalhando em cima desses processos. A Srta. Dione comentou sobre esse documento. Nós estávamos localizados em baias, e da baía onde ela estava comentou sobre esse documento e pediu para que eu ligasse para o Desup, porque reequilíbrio econômico ou tudo que diga respeito a contrato é com o Desup, não é com o departamento de alimentação. E foi quando liguei para o Desup, conversei com a Rosângela Maia...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas a Dione era do seu departamento. Como é que esse documento foi parar na mesa dela se é outro departamento que trata da licitação?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sei dizer. Sei que esse documento foi para o departamento errado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E aí ele sumiu.

O SR. CLEITON GENTILI - É o que temos notícia. Quando a Dione conversou comigo e pediu “Cleiton, você não pode verificar isso para nós?”, falei “Tudo bem”. E um detalhe importante: dentro do departamento, dentro dessa sala improvisada, tínhamos apenas um telefone. Então, tínhamos de revezar para a utilização desse telefone, já que era um momento provisório do departamento naquela sala. Eu fiquei esperando desocupar o ramal para poder ligar. Foi quando liguei para a Rosângela Maia e comentei - eu tinha tomado nota do assunto no papel: “Rosângela, tem um documento que o assunto é reequilíbrio econômico e a Coaf está pedindo.”

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então esse documento chegou a passar pelas suas mãos.

O SR. CLEITON GENTILI - Não, não. Eu tomei nota. Ficou nas mãos da Dione. Tomei nota, fui até o ramal e liguei. Aí a Rosangela disse: “Eu não sei, estranho porque o contrato está encerrando. Como os caras vão pedir reequilíbrio econômico de um contrato...”

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A Rosangela é de onde?

O SR. CLEITON GENTILI - Do Desup, o departamento responsável por isso. Ela falou: “Você pode ligar para eles e perguntar?” Foi quando daquele ramal, diante de 20 pessoas que estavam ali, eu liguei para o Carlos da Coaf e perguntei: “Carlos, chegou um documento com tal título. Você sabe do que se trata?” Foi quando no telefone ele não soube responder.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que ao Carlos?

O SR. CLEITON GENTILI - Porque o Carlos era o representante da cooperativa junto à Secretaria da Educação, ele se apresentava dessa forma. Tudo concernente ao contrato que estava em execução era falado com ele, o Carlos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O Carlos era recebido constantemente pela Dione Pavan?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A palavra está com o deputado Gilmaci Santos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deputado, o senhor permite ele responder a minha pergunta, por favor?

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Claro.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que já passaram 10 minutos. O deputado Gilmaci pode ceder o prazo ou se quiserem...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele cedeu.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Pode responder à pergunta, por favor.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Se o senhor viu esse Carlos, da Coaf, conversando várias vezes com a Sra. Dione Pavan?

O SR. CLEITON GENTILI - Não. As reuniões realizadas com a Sra. Dione Pavan ou com qualquer outro técnico do departamento de alimentação eram feitas sempre em conjunto com outras pessoas, com a porta da sala de reunião aberta e existia um livro ata. Portanto, aquela reunião realizada era registrada em um livro ata. Não via o Carlos ter contato constante com a Sra. Dione ou qualquer outro técnico da secretaria.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Bom dia, Sr. Cleiton, Srs. Deputados. São poucas questões que tenho a fazer.

Primeiro, em relação a essa ligação que o senhor confirma que fez realmente para a Coaf. O senhor falou com o Carlos e pelo que temos conhecimento isso causou certa revolta em algumas pessoas da Coaf e da própria secretaria, a ponto de em uma interceptação telefônica ouvir o Marcel dizer que iria procurar o Moita para resolver o problema do Cleiton e do Molho. Era essa ligação que você fez para falar sobre esse documento do reequilíbrio do contrato. Ele diz que vai falar com o Moita amanhã e que vai resolver o problema do Cleiton e do Molho. Quero saber: o problema foi resolvido? Depois disso, alguém da secretaria lhe procurou para falar sobre essa ligação ou para lhe repreender ou para fazer alguma advertência?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, não. Eu não conheço essa pessoa, o Marcel. Soube dessa interceptação telefônica através de notícias na imprensa. Não conheço esse rapaz. Ninguém me procurou para falar sobre essa ligação, seja da secretaria ou de qualquer outro lugar que seja. No final dessa ligação, o Sr. Carlos não soube responder do que se tratava aquele documento. Ele disse: “Não sei o que é. Eu vou ver aqui dentro e depois eu entro em contato com vocês.” Informei isso à Sra. Dione e esse assunto não surgiu mais. Ninguém veio conversar comigo da secretaria, enfim, não fui procurado por ninguém.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - A respeito dessa ligação, então ninguém lhe procurou.

O SR. CLEITON GENTILI - Ninguém me procurou a respeito dessa ligação. Essa ligação, deputado, foi feita de uma forma aberta, na presença de 20 pessoas, de um telefone fixo, um único telefone, um único aparelho de dentro de uma sala da Secretaria da Educação. Eu não fiz uma ligação reservada. Fiz uma ligação na presença de todas as pessoas que ali estavam porque para nós aquilo se tratava de um pedido descabido, já que era um contrato que estava se encerrando.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual o número desse telefone fixo? O senhor se recorda?

O SR. CLEITON GENTILI - Era um telefone provisório, deputada, era um ramal provisório, mas isso a Secretaria da Educação deve levantar facilmente. Mas era um ramal provisório, porque nós ficamos nessa sala de forma provisória até que... Eu acho que um mês, até que a outra sala que seria destinada ao departamento fosse adequada, até que terminassem as adequações para que o departamento fosse instalado.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Outra questão, Sr. Cleiton, é a seguinte, eu até questioneei a Dione, semana passada, sobre esse documento que estava na mesa dela e que desapareceu. Ela afirmou que a única pessoa com quem ela conversou sobre esse documento, para quem ela apresentou, foi o senhor.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim, foi.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - E que vocês conversaram a respeito, que ali foi apresentado esse documento e o senhor foi a única pessoa que conversou com ela a respeito.

O SR. CLEITON GENTILI - Exato.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Eu perguntei se o senhor tinha dado algum encaminhamento a esse documento e ela disse que não.

O SR. CLEITON GENTILI - Não foi dado encaminhamento porque o Carlos, da cooperativa, ficou de retornar à Secretaria da Educação dizendo do que se tratava, porque nem ele sabia do que se tratava. Isso foi o que ele disse no telefonema. Aí eu comuniquei isso a Sra. Dione. “Dione, o Carlos disse que não sabe sobre o que trata e vai nos dar um retorno”. E esse assunto morreu ali. Como eu tinha um monte de trabalhos para serem feitos e a Dione também tinha muito trabalho, aquele assunto não prosperou. Toquei as chamadas públicas que nós estávamos realizando e, de lá para cá, nós não tivemos mais nenhum contato, nenhum retorno sobre esse documento.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Eu sei que é difícil responder isso, mas o senhor não tem nenhuma ideia do que possa ter acontecido com esse documento?

O SR. CLEITON GENTILI - Não tenho. Infelizmente, não tenho ideia do que aconteceu com esse documento.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - A quem poderia interessar o sumiço dele?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sei dizer, deputado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Primeiro, quero agradecer a presença da testemunha. Temos informações de que havia, e algumas pessoas que passaram aqui pela CPI deixaram claro, um trânsito de pessoas da cooperativa para conversar no DAAA. Esse Carlos, Carlinhos, era uma das pessoas que visitava frequentemente a 13 de Maio. Há relatos, inclusive, e nós, da CPI, ficamos em dúvida sobre qual era a Dione que recebia o tal Carlinhos, e descobrimos que, provavelmente, é a Dione Pavan, que era a que trabalhava com o senhor. Consta que o Carlinhos frequentemente ia até a Sra. Dione.

É bem lógico, porque ela era a pessoa que preparava os cardápios e escolhia os produtos que seriam inseridos na merenda das crianças. Ela e a equipe dela, por óbvio.

Poderia ter havido tráfico de influência em relação à elaboração desses cardápios através da Coaf?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, deputada. O trabalho é todo feito de forma técnica. Então, quando o Carlos, por exemplo, ia até o Departamento de Alimentação, ele era sempre recebido em conjunto com outras pessoas, sempre era recebido com mais de uma pessoa. Essa reunião que se dava era registrada em livro ata, então não há tráfico de influência, não há. O que há, na verdade, é uma irresponsabilidade dessas pessoas que integram essa cooperativa, no sentido de tentar veicular sua atuação criminosa com servidores. Não tem, absolutamente, fundamento nenhum. A Sra. Dione recebia essa cooperativa ou algum outro representante de alguma outra empresa, porque a Secretaria da Educação tem muitas licitações na área da merenda, sempre em contato com...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas chamadas públicas, poucas.

O SR. CLEITON GENTILI - Chamadas públicas, poucas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A deputada Marcia Lia está me dando um aparte. O senhor há de convir que - o senhor fala da cooperativa, da tentativa de envolver servidores - não existe nenhuma possibilidade de a questão de corrupção dentro do serviço público ser uma via de mão única, ela não é, ela é sempre uma via de mão dupla, ou seja, externamente tem corrupção e internamente também. Querer isentar os agentes públicos de cumplicidade, de responsabilidade nessas denúncias é, no mínimo, uma ingenuidade da sua parte. Não é possível que o senhor pense exatamente isso, que a Coaf, de uma forma maldosa, através de outras pessoas, possa sozinha ter chegado a isso, e não teve nenhuma ajuda de nenhum servidor. É praticamente impossível essa sua tese, sinceramente. Nisso não dá para acreditar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Só para complementar essa questão da deputada Beth, nós temos informações, várias oriundas de delações, oriundas de interceptações telefônicas. Inclusive, a Sra. Marilena, que trabalhava no Desup, orientou, não sei se o senhor sabe, a Sra. Dione Di Pietro para que não assinasse uma licitação. O senhor deve ter sabido desse assunto, apesar de o senhor não estar lá em 2013, 2014, que foram os anos em que aconteceu isso.

O senhor ficou sabendo que havia inúmeras irregularidades no processo da chamada pública de 2013, que, inclusive, por orientação da Marilena, a Sra. Dione Di Pietro não deveria assinar essa chamada pública, que ela foi publicada, em um primeiro momento, sem assinatura de nenhum diretor e que, posteriormente, um diretor com desvio de competência, o Sr. Rodrigo Pimenta, assinou e publicou-a? Portanto, a mesma chamada pública foi publicada no dia 07 de março, depois no dia 30 de março, aí sim com assinatura, mas com assinatura imprópria. O senhor teve conhecimento desses fatos?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputada, o conhecimento que eu tive foi através da imprensa. Sobre esses contratos anteriores eu não tive contato nenhum. Sobre essa chamada em específico que a senhora comentou eu não tive contato nenhum com os autos. São notícias que são veiculadas através da imprensa e, através da imprensa, eu fiquei sabendo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - No departamento, ninguém comentava isso?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual a sua ligação, o seu conhecimento com o Sr. Padula, com o Sr. Moita, com o Sr. Jeter, com o Sr. Merivaldo?

O SR. CLEITON GENTILI - Nenhuma. Não tenho ligação nenhuma com essas pessoas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Porque nas interceptações em que o nome do senhor é citado tem também citações do Sr. Jeter, que era outra pessoa que vivia em contato com a Coaf cobrando os pagamentos, cobrando assinatura de contratos. O senhor nunca teve ligação com ele?

O SR. CLEITON GENTILI - Nunca tive contato nenhum com essas pessoas, não conheço essas pessoas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deputado Alencar, V. Exa. quer o restante do meu tempo?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu quero só fazer uma pergunta.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Por favor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor é um especialista em cooperativas pelo seu trabalho na Secretaria de Agricultura. O senhor conhece muito essa questão de agricultura familiar, de cooperativa. Nunca passou pela sua cabeça que a Coaf é composta por bandidos? Nunca? O senhor nunca teve nenhuma suspeita a esse respeito?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, deputada. Há uma questão importante para se destacar...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Porque, na verdade, é uma cooperativa - desculpe-me por interrompê-lo - que foi criada para lesar o erário. É isso o que ela fez.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Inclusive, um dos diretores é da Cati, órgão ligado à Secretaria de Agricultura.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor nunca teve nenhuma suspeita nesse sentido?

O SR. CLEITON GENTILI - Não. Na verdade, primeiro que eu nunca suspeitei de nenhum problema com a Coaf.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Em Bebedouro, todo mundo sabia que era um bando de bandidos. A Secretaria de Agricultura, a qual o senhor integrou durante muito tempo, não tinha conhecimento disso?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, até onde eu sei, não.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu estive lá no assentamento. Todo mundo sabia, muitas pessoas foram, inclusive, lesadas.

O SR. CLEITON GENTILI - A legislação federal acaba dando margem para que a administração tenha dificuldades. Por exemplo, isso foi um trabalho que nós começamos a fazer quando eu fui para lá, porque até então eu desconhecía a legislação do FNDE. Passei a conhecê-la a partir do momento em que fui para a Secretaria da Educação. Em inúmeras reuniões fizemos alguns alertas, buscamos o FNDE para que o edital se tornasse um edital mais próximo e para que a Secretaria da Educação pudesse, de fato, fiscalizar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O que seria um edital mais próximo? Não entendi.

O SR. CLEITON GENTILI - Por exemplo, na DAP, quando você pega a DAP jurídica, que é a DAP da cooperativa, ela não dá quais são os cooperados. No projeto de venda, a cooperativa indica quem são esses cooperados. Quando você consulta a DAP física para saber telefone, e-mail do produtor, liga para produtor para dizer: “Você sabe que você está participando de uma chamada pública, que você vai receber tanto na sua conta? A sua conta é essa?”. A DAP física não dá essa informação, então a fiscalização fica prejudicada. Dentro desse trabalho que nós realizamos, nós propusemos que os próximos editais de chamada pública da Secretaria da Educação contivessem no projeto de venda o nome do produtor, os dados telefônicos, endereço, e-mail.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ninguém do Itesp, já que vocês tinham contato...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O tempo é do deputado Alencar Santana Braga, já está contando.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu só queria saber se o senhor, sendo uma pessoa ligada há 16 anos à Secretaria de Agricultura e, tendo em vista que os técnicos do Itesp operam e que são do Departamento de Justiça - o senhor disse que tinha vários contatos -, acha que esses técnicos não sabiam que a Coaf não produzia laranja? Só tem cana-de-açúcar nessa cooperativa, de onde vinham, em tese, os produtos para o fabrico do suco

de laranja. Ninguém informou isso à Secretaria da Educação, que, na verdade, eles poderiam oferecer suco de cana, e não suco de laranja? Garapa.

O SR. CLEITON GENTILI - Deputada, até onde eu sei, não houve nenhum tipo de alerta. O contato que eu tinha com a Secretaria da Justiça...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Cai por terra a sua tese da fiscalização, porque tinha um membro da Cati envolvido, tinha o pessoal do Itesp, estava todo mundo operando nas cooperativas e tentando fomentar a agricultura familiar. Aí a Secretaria compra 12 milhões de suco de laranja de um local que não produz suco de laranja, produz garapa.

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, deputada, o ajuste, o que nós propusemos dentro do trabalho feito era para as próximas chamadas públicas, para que o projeto de venda das participantes contivessem as informações completas dos produtores para que, em um telefonema, nós conseguíssemos confirmar com o produtor: “Você está sabendo dessa chamada pública?”.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas os técnicos do Itesp estão in loco. Em Araraquara, tem um monte de técnico do Itesp. Será que nenhum de Bebedouro poderia ter alertado a secretaria de que essa Coaf era uma “cooper gato”?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputada, não sei dizer. O contato que nós tínhamos com o Itesp era por conta das chamadas públicas do PPais, que é uma chamada pública que compra hortifruti diretamente dos produtores rurais individuais. Esse era o contato que nós tínhamos com a Secretaria da Justiça.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ninguém sabe nada, ninguém viu nada, ninguém nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu gostei de algumas informações que o senhor nos trouxe. Queria parabenizá-lo. Parecem singelas, mas são extremamente importantes. Veremos mais adiante, teremos mais dias de CPI.

Qual razão, desejo, que levou o senhor a querer sair da Agricultura e ir para a Educação?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, na verdade, o meu objetivo era trabalhar na área pedagógica da Secretaria da Educação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor procurou quem para falar sobre isso?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu procurei a professora Célia e o Dr. Padula na época. (Fala fora do microfone.)

Não, a professora Célia era coordenadora da Cise, ela entrou depois da Dione Di Pietro. Foi-me apresentada a possibilidade de trabalhar no Departamento de Alimentação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por quem?

O SR. CLEITON GENTILI - Pela professora Célia na época, porque ela precisava de alguém para ajudar, para alavancar as compras institucionais da secretaria diretamente da agricultura familiar. O peso e a exigência que recai sobre a administração estadual, municipal para que se executem os 30% são muito grandes. O FNDE, nas suas auditorias, diz que se você não executar, vai perder recurso, não vai ter recurso ano que vem. Então há uma exigência muito grande sobre isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Célia já o conhecia?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela sabia da sua experiência?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim, eu me apresentei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que na Corregedoria o senhor falou que procurou o Sr. Padula.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim. Na Verdade, foi uma conversa conjunta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então foram os dois.

O SR. CLEITON GENTILI - Foram os dois conjuntamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a Célia estava chegando.

O SR. CLEITON GENTILI - Não, a professora Célia já era coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que já tinha alguém antes.

O SR. CLEITON GENTILI - A Dione, a professora Dione.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor queria ser do Pedagógico, mas vai parar no Cenut.

O SR. CLEITON GENTILI - No Cenut.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Onde justamente aconteceram os problemas?

O SR. CLEITON GENTILI - Onde justamente aconteceram os problemas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor pediu para ir para o Pedagógico, mas foi para o Cenut pela sua experiência na área do cooperativismo e da relação com agricultura familiar?

O SR. CLEITON GENTILI - Exato, para poder apoiar o departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Codeagro tinha relação com essa cooperativa?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o senhor não conhecia a Coaf?

O SR. CLEITON GENTILI - Não conhecia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor, em sua experiência de 15 anos na Agricultura, provavelmente deve ter tomado contato com diversas cooperativas, correto?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sabe dizer quais eram sérias, quais eram...

O SR. CLEITON GENTILI - Sabemos pelo mercado. O mercado é pequeno, o mercado diz, as cooperativas se falam.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais as maiores cooperativas que o senhor conheceu nesse período? Familiar.

O SR. CLEITON GENTILI - De agricultura familiar, as maiores?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. CLEITON GENTILI - Eu conheci a Coaf, eu conheci a Coagrosol, eu conheci a Cocer, eu conheci a Coperfam, acho que em Ribeirão Preto, eu conheci a Cooper Rio Preto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essas são as maiores?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu acredito que sim, dentro do estado de São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, porque a Coaf e a Coagrosol ganharam o maior contrato da Secretaria Estadual da Educação. O deputado Barros insistiu a todo o momento com os depoentes da Coaf que o contrato, o volume maior era dos municípios, mas é o maior contrato do estado justamente o assinado por essas cooperativas. Então o senhor conhecia, mas não sabia que era gato?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sabia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que estava dando chapéu em todo mundo?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sabíamos; não sabia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a documentação da Coaf, o que o senhor achou da documentação dela?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, eu não tive contato com essa documentação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não falou que entrava em contato, há pouco, com a Ocesp, que tinha relação também?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim, mas eu não tive, por exemplo, participação na chamada pública de 2014, eu não tive participação nessa chamada pública.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o senhor ligou para o Sr. Carlos?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu liguei para o Carlos porque eu conversei com a Dione, a Dione comentou a respeito do pedido de reequilíbrio, disse para mim: “Isso daqui é do Desup, converse com o Desup e verifique do que se trata”. Conversei com o Desup, com a Rosangela Maia, e a Rosangela não sabia responder, falou: “Esse documento é incabível porque o contrato que está acabando, o reequilíbrio econômico agora, faça um favor, ligue para eles”. Foi quando eu liguei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para eles quem?

O SR. CLEITON GENTILI - Para a cooperativa, para a Coaf. E o Carlos era o representante legal, assim ele se apresentava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Representava onde?

O SR. CLEITON GENTILI - Representante legal em relação à Secretaria da Educação. Como eu comentei, eu liguei do departamento do Cenu, de um único telefone que tinha lá, um único aparelho, para ele, na presença de 20 pessoas, e perguntei para ele do que se tratava aquele documento. Foi quando, no telefone...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor já o conhecia?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu o conhecia das reuniões em que ele participou no departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tinha três Carlos na Coaf, um deles secretário da Agricultura, como já foi mencionado. Com qual dos Carlos o senhor falou?

O SR. CLEITON GENTILI - Carlinhos, o que se apresentava como Carlinhos. Eu não sei qual é o sobrenome dele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já sabe, pelo menos, o apelido, Carlinhos.

O SR. CLEITON GENTILI - Ele se apresentava dessa forma, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo bem, é que o senhor falou a todo o momento Carlos. Só queria saber qual que era. É o Carlinhos.

O SR. CLEITON GENTILI - Carlinhos. Apresentava-se como tal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque no documento o Carlinhos era o Carlos Luciano Lopes.

O SR. CLEITON GENTILI - Eu acho que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque o documento é assinado pelo Carlos Alberto Santana da Silva, mas o senhor ligou para o Carlinhos. Eu normalmente chamo de “inho” alguém com quem tenho algum tipo de intimidade, de contato.

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, eu não tenho contato nenhum com essas pessoas. O tal do Carlinhos era como ele se apresentava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que o senhor falou a todo o momento Carlos aqui.

O SR. CLEITON GENTILI - Mas é, é Carlos. Eu o tratava como Carlos. É que o senhor pediu para identificar quais são.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que na Corregedoria o senhor falou Carlinhos, o senhor não falou Carlos em nenhum momento na Corregedoria. Está aqui.

O SR. CLEITON GENTILI - Mas eu disse na Corregedoria, deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para dizer que o senhor aqui, quando o menciona na primeira vez, já menciona com intimidade, nesse primeiro depoimento.

O SR. CLEITON GENTILI - Não, com intimidade alguma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui o senhor tentou tirar dizendo simplesmente Carlos. Acho que tem alguma relação a mais que

desconhecemos. Fale um pouco sobre a Coagrosol, o que o senhor sabe dela? Porque está claro que a Coaf fez parte de um grande conluio. A Coagrosol também fez?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu não sei dizer, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Conhece a Coagrosol?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu conheço por conta dessa chamada pública de 2014.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor sabe dela?

O SR. CLEITON GENTILI - O que eu sei é que ela é fornecedora de suco de laranja da Secretaria da Educação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É uma cooperativa séria?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu não sei dizer, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falou há pouco que tinha contato com várias cooperativas, que conhecia inclusive a Coagrosol.

O SR. CLEITON GENTILI - Nós tivemos contato com essas cooperativas através de reuniões realizadas no departamento. Não sei dizer se é...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A sua experiência de 15 anos em Agricultura, o senhor conhece também, sabe dizer da Coagrosol?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sei dizer, não sei mais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sabia?

O SR. CLEITON GENTILI - Até então nós acreditávamos na idoneidade dessas cooperativas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor sabe da Coagrosol? O senhor, pelo menos, deu a entender que sabia. O que o senhor sabe da Coagrosol?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu sei que ela é uma cooperativa que tem contrato com a Secretaria da Educação, sei que é uma cooperativa do interior de São Paulo, e que fornece suco de laranja para merenda. Forneceu, pelo menos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela trabalha com laranja, de fato, ao contrário da Coaf que, só, enfim, falaram que era região de cana. Eu, particularmente, não sabia dizer, mas a Coagrosol trabalha com laranja de fato?

O SR. CLEITON GENTILI - Imagino que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor participou da chamada pública da cotação de preço em 2011?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - 2013?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando o senhor começou nesse setor, lá no Cenut, quais foram as maiores dificuldades?

O SR. CLEITON GENTILI - As maiores dificuldades?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. CLEITON GENTILI - A dificuldade inicial foi se apropriar da legislação, estudar a legislação do FNDE, tentar entender os editais. Eu acho que a demanda de trabalho era muito grande. É muito grande. As pessoas lá trabalham muito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor saiu da Codeagro no final da gestão da Secretaria de Agricultura, em 2014.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a razão, depois de 15 anos?

O SR. CLEITON GENTILI - Com esse objetivo, deputado... Eu tinha passado no concurso público da Secretaria da Educação, do que me orgulho muito, e queria trabalhar na área pedagógica. Esse era o meu objetivo: trabalhar na área pedagógica. Por quê? Eu trabalhei muitos anos com Agricultura. Queria uma nova temática para a minha vida, trabalhar com Educação. Mas foi quando me foi sugerido para apoiar o Cenut nesse período.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fale-me um pouco quais eram as pessoas responsáveis pelos editais nas chamadas públicas, e que redundaram na contratação da Coaf. Dê nome, o que fazia, quem eram os chefes. Explique-me esse período.

O SR. CLEITON GENTILI - Olha só, como eu fui num período em que havia acontecido uma recém-reestruturação da Cise, das chamadas anteriores não sei dizer. Mas no Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, a diretora do departamento era Geórgia Castilho. A diretora do Cenut é Viviane Piatecka. Eu era assistente, era subordinado a minhas diretoras. Nunca dei nenhum passo sem conversar com as minhas diretoras. No Departamento de Suprimentos e Licitações era Marilena de Lourdes, que era diretora do departamento. Lá está Rosangela Maia, que eu acho que é a diretora substituta. Esses dois departamentos...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem pediu para o senhor ligar para o Carlinhos?

O SR. CLEITON GENTILI - A Srta. Dione.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que era diretora de onde?

O SR. CLEITON GENTILI - Era diretora substituta do Cenut.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Do Cenut.

O SR. CLEITON GENTILI - No qual eu também estava lotado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o senhor falou que alguém do Desup que pediu para ligar.

O SR. CLEITON GENTILI - Isso. O que Dione disse? “Cleiton, isso aqui é do Desup.”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que não encaminharam para lá?

O SR. CLEITON GENTILI - Antes de encaminhar, Dione quis tentar entender do que se tratava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas por quê? Não é estranho? O senhor falou desde o início que o Cenut - e a Dione também disse - cuidava da parte nutricional, da parte técnica.

O SR. CLEITON GENTILI - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E, de repente, o senhor disse há pouco que não obedece ninguém além do seu setor. E aí o senhor vai ligar para o Carlinhos a pedido de alguém de outro setor?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, é porque existe esse trabalho em conjunto, cooperado. Não tem jeito.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas se o documento não dizia respeito a vocês, deveriam ter devolvido para a origem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é um documento qualquer, é um documento sério. Justo o que sumiu!

O SR. CLEITON GENTILI - Sim, sim, eu também concordo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Justo o que sumiu.

O SR. CLEITON GENTILI - Mas, à época, o que me foi solicitado foi justamente isso: “Liga no Desup e verifica do que se trata.”

A SRA. MARCIA LIA - PT - É muito estranho isso.

O SR. CLEITON GENTILI - Foi quando eu liguei...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para quem?

O SR. CLEITON GENTILI - Para Rosangela Maia. Aí ela me orientou “Ah, eu não sei do que se trata, porque é um documento estranho.” Porque o contrato, eu acho, se encerrava em duas semanas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem achou que era estranho?

O SR. CLEITON GENTILI - Rosangela Maia, do Desup. Porque esse contrato seria encerrado em...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Será que é por isso que ele sumiu, porque era estranho?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sei, deputado. E foi quando eu liguei para ele. Aí ele ficou de devolver, dar uma devolutiva sobre esse documento, porque ele não

sabia do que se tratava. E aí foi quando eu informei a Sra. Dione. “Olha, ele ficou de nos devolver informações sobre esse documento.”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a Sra. Maria Helena? Qual a sua relação com ela?

O SR. CLEITON GENTILI - Nenhuma. É relação profissional.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela mandava alguma orientação ao senhor, algum tipo de coisa?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor participou da referência de preço da chamada...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só um minuto, deputado, até atendendo pedido de V. Exa., queria só informar que quem quiser se inscrever tem mais cinco minutos para fazê-lo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É... Agora eu perdi até o raciocínio aqui. O senhor trabalhou na referência de preço em 2014?

O SR. CLEITON GENTILI - Não. Não, porque eu fui nomeado em janeiro de 2015. Tomei posse em fevereiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todo processo aberto teria que ter um fim, do ponto de vista jurídico?

O SR. CLEITON GENTILI - Imagino que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mesmo que se fosse arquivado?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim. Uma justificativa e arquivamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha estranho um processo ter sido aberto, uma chamada pública, e não ter um fim, e, mesmo assim, não contratar o produto? Porque parece que esse negócio da Coaf é muito estranho, não é? É estranho que abra um processo em 2013, onde ela ganha, assina o contrato, depois não tem o produto e não é chamado. E, estranhamente, o contrato não tem um fim, mas não é chamado. Até agora ninguém sabe o porquê. Estranhamente, são documentos falsos apresentados, por exemplo, a filiação à Ocesp. E o setor não verifica, como Cadin. Estranhamente, some o documento do reequilíbrio financeiro de mais dois milhões de pedido. E um setor, que não é o responsável, é o setor que, estranhamente, entra em contato com alguém falando inclusive pelo apelido. Há muita coisa estranha, não é?

O senhor diria que esse contrato é um contrato estranho com a Coaf?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu não sei dizer, deputado. Eu cheguei depois da contratação da Coaf. Eu não participei de nenhuma chamada pública anterior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor participou de ligar e falar do reequilíbrio, são mais dois milhões.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É pouca coisa?

O SR. CLEITON GENTILI - Mas a pedido.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor fazia isso em outros contratos?

O SR. CLEITON GENTILI - Não. Eu não tinha contato com nenhum contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só nesse que tem um monte coisa estranha que ocorre. Não é estranho, deputado Barros, deputado Estevam, o senhor que é o relator? Esse é o contrato estranho, tudo de estranho aconteceu única e exclusivamente no contrato da Coaf com a Secretaria da Educação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E ninguém viu nada, ninguém sabe nada. O documento sumiu.

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, só um detalhe. Esse era o único contrato de Agricultura Familiar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como não? Tinha da Coagrosol, da Cocer.

O SR. CLEITON GENTILI - Não tinha contrato da Cocer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tinha da Coagrosol?

O SR. CLEITON GENTILI - Só da Coagrosol.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que, estranhamente também, eram três que iriam participar do preço de referência, inclusive a Cocer, que era o trio que atuava em várias licitações. Estranhamente, esse contrato também é o único em que somente duas empresas, cooperativas-empresas, participam do preço de referência. E mesmo assim, contrariando a lei, e estranhamente, é feito o preço de referência. Aliás, estranhamente, em um dos contratos, um de 2011 ou de 2013, o preço é avaliado em 1,52, preço referência no edital. Estranhamente, é assinado por 1,56, maior do que constava no edital. Tudo de estranho envolve essa empresa e o Governo do Estado.

O senhor trabalhou na chamada de 2015?

O SR. CLEITON GENTILI - Chamada de 2015?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. CLEITON GENTILI - Eu trabalhei nas chamadas públicas do PPais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nada que envolvesse o FNDE?

O SR. CLEITON GENTILI - Existem três chamadas públicas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nada que envolvesse o FNDE?

O SR. CLEITON GENTILI - Não. Além do PPais, FNDE, existem quatro chamadas públicas que foram realizadas, mas não foram para frente, não prosperaram.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essas em que o senhor trabalhou compraram o quê?

O SR. CLEITON GENTILI - Não foi comprado, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o que era o objeto?

O SR. CLEITON GENTILI - Era suco de laranja, suco de uva, feijão preto e leite em pó.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que não foi comprado?

O SR. CLEITON GENTILI - Porque nós refizemos a análise dos processos diante de todas as denúncias relacionadas à Operação Alba Branca, e a Administração achou por bem paralisar essas chamadas públicas, até que todas as investigações...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela foi aberta quando? Porque é de 2015, e a Operação Alba Branca foi descoberta em 2016.

O SR. CLEITON GENTILI - Setembro ou outubro de 2015.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando é que o processo parou?

O SR. CLEITON GENTILI - Parou no início do ano de 2016, com as denúncias...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais eram as empresas participantes da chamada de 2015 nas cooperativas?

O SR. CLEITON GENTILI - Tínhamos, em 2015, suco de laranja. As que participaram: Coagrosol e Cocer. Elas participaram.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quantidade?

O SR. CLEITON GENTILI - Não sei precisar a quantidade. Além dessas, nós tínhamos a participação do feijão preto da Nova Terra, que é uma cooperativa do sul, e uma cooperativa aqui de São Paulo. Esqueci-me o nome da cooperativa de São Paulo. Leite em pó, Coonai, uma cooperativa de São Paulo, e outra cooperativa do sul.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou vendo aqui: o suco de 200 ml, em 2015, seriam 770 mil unidades; e o suco litro, 150 mil unidades. A 1,69, o preço de 200 ml; e a 6,62, o preço de um litro. Pelo menos é o que estava publicado no edital, se estranhamente não aumentasse, como aumentou em 2011.

O SR. CLEITON GENTILI - Mas nessas chamadas públicas não há assinatura de contrato, elas não...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas como o senhor disse, a Cocer e a Coagrosol estavam lá.

O SR. CLEITON GENTILI - Elas participaram.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor sabe dizer do Conselho Estadual de Alimentação Escolar? Se havia crítica à questão da merenda escolar em relação à Secretaria de Estado.

O SR. CLEITON GENTILI - Eu não tinha domínio sobre essa informação, mas sei que o Conselho fazia... Ele é um conselho fiscalizatório e fazia fiscalizações nas escolas, e os seus relatórios eram encaminhados para o departamento para serem respondidos, enfim, para a adequação de alguma...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Participou desse conselho?

O SR. CLEITON GENTILI - Não participei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Participou de qual conselho?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu participei do Conselho de Segurança Alimentar, Consea, São Paulo, e participei também da Comissão Gestora do PPais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Além dessa invasão de competência do Cenu, departamento que cuidava da questão técnica da alimentação escolar, na ligação sobre o reequilíbrio financeiro, houve algum ato de violação de competência entre o departamento e outro?

O SR. CLEITON GENTILI - Acredito que não. Havia um trabalho, uma sinergia boa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ato formal, vamos dizer, ato concreto, não é assim?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tem alguma empresa?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não abriu recentemente?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu sou MEI.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu sou MEI, microempreendedor individual.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que faz o quê?

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, estou desempregado e estou buscando me virar. Penso em vender alguma coisa, enfim, sou um microempreendedor individual.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De que área, que setor?

O SR. CLEITON GENTILI - Eu penso até em vender bolo na rua, deputado, porque preciso sobreviver.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, é digno. Qualquer trabalho é digno, estou perguntando, tentando esclarecer.

O SR. CLEITON GENTILI - Eu não tenho nenhum padrinho político. Quando fui exonerado... Falta-me renda.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor ficou 15 anos, um tempo considerável, demonstrou competência e conhecimento e parece que o senhor tem, apesar de não ter conseguido avaliar a questão da Coagrosol, desculpe, da Coaf sobre ela.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para encerrar, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Queria ir para um setor e foi para outro. O senhor não estranhou? O senhor foi exonerado. Nós aprovamos a sua convocação no dia 13, o senhor é exonerado no dia 15, com publicação no dia 16. Isso também não é estranho? Isso não lhe gerou alguma estranheza?

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, eu prefiro acreditar que a administração decidiu porque é uma questão... É uma nova gestão da coordenadoria.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para clarear um pouco: no dia 13, foi aprovada a sua convocação para a CPI; no dia 16, o senhor foi exonerado; no dia 21, o senhor criou a sua empresa. É isso?

O SR. CLEITON GENTILI - Não é uma empresa, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esse MEI?

O SR. CLEITON GENTILI - Sou um microempreendedor individual.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim, mas o senhor pode explicar a coincidência das datas?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na área de alimentos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - No dia 13, o senhor foi convocado aqui; no dia 16, o senhor foi exonerado; no dia 21, o senhor criou a sua microempresa individual.

O SR. CLEITON GENTILI - Não é microempresa, deputada. Eu sou MEI, microempreendedor individual.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Microempreendedor.

O SR. CLEITON GENTILI - A abertura é feita no site do Ministério do Trabalho. Qualquer um de nós pode fazer isso a qualquer momento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nossa dúvida aqui, é só porque...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, deputado Barros Munhoz.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É só porque o senhor não abriu antes... o senhor estava querendo...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Porque ele estava empregado, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estava empregado, cinco dias depois.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, colegas, estou tão profundamente decepcionado, triste e chateado. Nem os estudantes têm mais interesse.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estão na Paulista, é por isso. Eles já vão vir para cá.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então eu vou deixar para falar quando eles chegarem, porque realmente, vários de nossos colegas também já não vieram, sabe? Estamos perdendo o interesse. Sabe o quê? Falei durante vários anos que CPI, na grande maioria dos casos, não tinha finalidade, não levava a coisa alguma. Porque quando você apura alguma coisa, tem que mandar para o Ministério Público. Não tem sentido você querer apurar alguma coisa que já está lá.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Permite um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se o desaguadouro é lá... Infelizmente... E eu acreditei que nessa pudéssemos caminhar mais. Agora, fico sabendo que nem abertura, uma das únicas que talvez pudesse justificar a existência de uma CPI, é que não se quebra sigilo bancário, a CPI estadual não tem esse poder. A Receita Federal nos informou, é isso, Sr. Presidente?

Sinceramente, é muito agradável a companhia de todos, é uma hora de recreio para mim. Eu gosto, eu me divirto, vejo os companheiros. Mas, fora isso, não estou vendo mais nenhuma finalidade, sinceramente. Estou me sentindo cada vez menor.

Olha as contradições. Quando ele descreve o ambiente de trabalho dele, eu pensei que fosse uma sala da KGB: ninguém entra se não for acompanhado; ninguém conversa

se não tiver mais gente ouvindo; telefone um só; quando fala, os 20 que estão na sala ouvem. Meu Deus do céu, isso é um bunker, pelo amor de Deus!

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todo mundo desconfia de todo mundo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Todo mundo desconfia de todo mundo. Isso que estamos discutindo aqui, minha gente, não é nem sexo dos anjos, não é grão de areia no deserto. É menos do que isso. Essa CPI já custou 100 vezes mais do que o eventual prejuízo. Tudo bem, qualquer desvio deve ser apurado, mas não é assim, qualquer estado deixa de funcionar. Se cada desvio de cada funcionário... Nós estamos tratando de duas cooperativas falsas. Estamos tratando aqui de um grupo de servidores. Quer dizer, todos os da Coaf, ligados a Coaf, têm que responder criminalmente. E tem um grupo aqui de quatro, cinco, seis, sete ou oito servidores que têm que responder criminalmente, inclusive pelas mentiras que disseram aqui. Olhe a incongruência nossa.

Até estou me lembrando, não da minha atividade profissional, pois eu, como advogado, militei mais no trabalhista, então não havia esse tipo de coisa, mas eu sempre gostei muito de filme de Direito, com aqueles casos de assassinato difíceis de descobrir, não é, meu caro deputado Estevam?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Agatha Christie...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E aí, o juiz, às vezes, perguntava para o inquiridor, para o advogado que estava questionando a testemunha, ou o promotor: “Por favor, o senhor quer esclarecer aonde o senhor quer chegar?”. Para ver se vale a pena continuar. Porque veja, o fato de ele ser exonerado dois dias depois de ter sido convocado pela CPI só prejudica o Estado. Não beneficia em nada, é impossível, ele fica revoltado, fica bravo com o Estado. O suspeito seria o Estado mantê-lo; ia demitir e passou a não demitir mais porque foi convocado pela CPI. Aí quer aliciar.

Eu, sinceramente, faço força para ver. Será que vamos conseguir chegar a um lugar? É um festival interminável de mentiras. Eu, sinceramente, estou falando isso agora, é um desabafo, sem dúvida alguma. Mas a agricultura familiar compra quanto? Desculpe, só pela oportunidade. Esse departamento do senhor aí que tinha 20 funcionários compra quanto no estado?

O SR. CLEITON GENTILI - A última chamada pública feita é a chamada de 2014. Essa é a última chamada pública.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Veja bem. Foram oito milhões essa chamada?

Não, doze é a junção de 2011 e... É, são oito milhões. Eu queria saber o seguinte: de onde vem o dinheiro da Coaf? Praticamente, grande parte do faturamento é só aqui. E de onde vem o dinheiro para pagar os salários desses servidores?

Você tem um departamento com 20 servidores para cuidar disso. Eu não estou entendendo mais absolutamente nada. É uma coisa toda desconectada, sem lógica, sem razão de ser. Esse departamento de que ele fala é para gerir as compras da Coca-Cola mundial.

O SR. CLEITON GENTILI - Deputado, só um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, quando eu digo 20 pessoas é que em dezembro nós tínhamos estagiários. A secretaria não tem mais contrato de estagiários. Então, a equipe reduziu drasticamente. Então...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor sabe quanto é o montante de compras de agricultura familiar ou não para merenda? Nós estamos falando de merenda centralizada e descentralizada. É isso que a secretaria fornece para as escolas estaduais. Uma é via prefeituras com convênio, e a outra é a secretaria que compra e fornece. É isso?

O SR. CLEITON GENTILI - É, centralizada. Então, o departamento cuida das compras centralizadas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso. E quanto é o montante anual disso? Porque eu estou vendo que está saindo mais caro o molho do que o peixe.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Mas não só da agricultura familiar, não é?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não só.

O SR. CLEITON GENTILI - Não só da agricultura familiar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Da familiar, quanto é? Do total, quanto é?

O SR. CLEITON GENTILI - Na verdade, o cálculo é feito em cima do repasse que o FNDE passa para a Secretaria da Educação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor sabe quanto é?

O SR. CLEITON GENTILI - Mais ou menos 50 milhões.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por ano?

O SR. CLEITON GENTILI - Por ano. E a dificuldade é gastar esses 50 milhões.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E, ainda assim, tem um monte de gente.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Em razão da falta de cooperativas preparadas, não é?

O SR. CLEITON GENTILI - Isso. Falta de organização rural.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor trabalhou 15 anos ajudando na Codeagro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Codeagro. O senhor não trabalhou nunca no ICA?

O SR. CLEITON GENTILI - O ICA é vinculado à Codeagro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sabe o que é o ICA? É o Instituto de Cooperativismo Agrícola. É da Codeagro. E ele não entende absolutamente nada de cooperativa. Porque ele não sabe nem que a Coaf não é cooperativa. Cooperativa é uma entidade de pessoas - certo - que atuam ou numa mesma função, ou numa mesma empresa. Há várias modalidades. Aqui se trata de cooperativa de agricultores familiares. Não tem nenhum cooperado porque não tem nenhum agricultor familiar.

E o senhor não sabe disso, Cleiton? O senhor trabalhou na Codeagro. Quando o senhor entrou lá quem era o chefe da Codeagro? Era aquele moço de Amparo, ou não? Da Codeagro. Quem era o diretor da Codeagro?

O SR. CLEITON GENTILI - Na época em que eu entrei era o Dr. José Augusto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E depois?

O SR. CLEITON GENTILI - Depois do Dr. José Augusto, acho que veio o Dr. Silvio Manginelli.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Esse. O senhor ficou lá um tempão, o senhor conhece isso na ponta da língua, todo mundo lá sabe de tudo. Você quer convencer a história do cooperativismo mundial, você vai lá. O Roberto Rodrigues veio de lá. A Ocesp veio de lá. Quer dizer, é uma escola de cooperativismo, meu caro Felício, se me dá a honra de chamá-lo. E, de repente, ninguém entende mais nada. Pelo amor de Deus.

Sinceramente, vou reponderar minha posição aqui, viu? Eu não me submeto mais ao papel triste que eu estou fazendo. Eu vim aqui com a melhor das boas vontades, com a melhor das intenções. Eu acho que nós temos que parar e mandar tudo para o Ministério Público Federal e pedir a prisão de todos esses que vieram depor aqui, salvo raríssimas exceções.

É absolutamente inverossímil tudo o que o senhor fala. Desculpe-me, viu, Cleiton. Desculpe-me, não quero ofendê-lo pessoalmente.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - O senhor me dá um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Com todo o prazer.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Aqui, esta CPI é para investigar a merenda de uma forma geral.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - No município, no estado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso, isso.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Nós já estamos terminando esta CPI - falta menos de um mês, ou pouco mais de um mês - e até agora nós estamos dando voltinhas aqui de 360 graus e estamos no mesmo lugar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Desculpe, só pela oportunidade. Nem o Zinho, aquele jogador do Palmeiras, o Zinho...

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Enceradeira.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nem ele rodava tanto quanto nós estamos rodando aqui. Só aqui.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Nós estamos sempre a 360 graus.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - E até agora nós não conseguimos investigar nada, fazer nada, estamos parados aqui em Coaf e Secretaria da Educação em cima apenas de um contrato da Coaf.

E eu acredito, deputado Alencar, que se pudéssemos aqui aprofundar mais, chamarmos, realmente, os municípios, ver os outros contratos de outras empresas, talvez pudéssemos produzir mais em relação a esta CPI. Porque da maneira que está caminhando, vamos chegar dia 19 aqui praticamente... Porque todos os que vêm aqui,

como o senhor diz, não dizem nada com nada. Nós ouvimos, 360 graus, voltamos para o mesmo lugar.

Então, talvez seja o momento de avançar. Estamos, talvez, focados em apenas uma pessoa. Não estou aqui para defender o Sr. Fernando Capez, mas a CPI mais tem falado do Capez. E nós procuramos olhar no depoimento do Marcel. Tudo o que tinha que ser feito e investigado do Capez já foi investigado.

Então, está na hora de avançarmos, também, nas outras empresas, de forma ampla, para ver se conseguimos, realmente, produzir algo que a sociedade espera da gente. Porque se ficarmos apenas no contrato de Coaf, cooperativa, vai ser um grande vexame esta CPI, que encerrará em menos de um mês.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Primeiro, acho que, de fato, vieram aqui diversas pessoas que mentiram e tentaram nos enganar. Algumas delas, não porque teriam uma participação efetiva, porque teriam cometido algum crime, deputado Carlão. Mas, porque estão preocupadas, foram orientadas, ou porque do ponto de vista político não querem.

Porém, nós obtivemos informações importantes. Foi unânime por todos da Coaf que houve pagamento de propina no contrato da Educação, de 10%, no valor de um milhão e trezentos.

Foi praticamente unânime de todos da Coaf que dois assessores desta Casa, do gabinete do presidente, tiveram participação. Aliás, saiu uma matéria ontem dizendo que era aqui. Aqui era o ponto de encontro, aqui era o ponto da troca, aqui era o ponto em que se entregava a propina.

Tivemos a confirmação de que não foi somente um recibo, foram vários. Isso é importante.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Deixe-me complementar, deputado? Vossa Excelência tem toda a razão, está colocando bem. Alguma coisa já produzimos, sim. No mínimo, já concluímos que a Coaf é uma organização criminosa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Também chegamos a essa conclusão. Mas também chegamos à conclusão de que houve participação desse lado, do outro lado, por parte de agentes públicos.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Com certeza absoluta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque tudo de estranho aconteceu nesse contrato. É um raio caindo mais de uma vez, no mesmo lugar, em cima da mesma pessoa. Foi no contrato da Coaf. Desde sua origem. Aliás, desde o primeiro de 2011, cujo preço de referência era um e cinquenta e dois no edital e, na chamada, o Sr. Cleiton sabe disso, foi contratada a Coaf por um valor maior: um e cinquenta e seis.

O de 2013. Depois, o de 2014. Então, tudo de estranho ocorreu ali: sumiço de documentos, documentos falsos, laudos falsos. Tudo, literalmente tudo. Telefonemas, enfim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, por favor, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, nós tivemos também a conclusão aqui dos agentes que estavam na investigação - delegados e promotores - de que havia, do outro lado, também, uma efetiva participação. Isso também foi conclusão desta CPI.

Deputado Barros, eu quero afirmar, eu estou fazendo referência a ele de novo, e a todos aqui, mas porque ele entrou nesse debate em diversos momentos. Nós fizemos também que a Procuradoria Geral de Justiça agilizasse sua investigação. Até então, não tinha tomado depoimento de ninguém. Hoje, já tomou diversos depoimentos, seja dos assessores desta Casa, do delator, de demais pessoas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, por favor, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não havia nenhuma ação anterior de tomada de depoimento por parte da Procuradoria. Então, esta CPI produziu esse resultado.

Descobrimos, também, que havia uma grande falha na Secretaria de Agricultura em relação aos dados.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o deputado José Zico Prado. Vossa Excelência pode usar o tempo dele se ele ceder.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso, deputado Zico?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu passo o meu tempo, mas eu quero também um pedacinho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós tivemos a clareza de que havia a participação de servidores da Secretaria de Agricultura também dentro da Coaf.

Então, nós produzimos resultados, sim. É por isso que a permanência desta CPI é fundamental. Senão, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Presidente, nós, de fato, vamos ser desmoralizados. Quando vem uma resposta da Receita Federal dizendo que CPI não pode quebrar sigilo, é a mesma coisa que dizer: “Sras. Assembleias Legislativas, não façam nunca mais uma CPI. Fiquem lá conversando entre os senhores.”

Se nós admitirmos isso, nós estamos acabando com o nosso poder investigatório das assembleias legislativas. E não é só em São Paulo, não. Em qualquer uma assembleia legislativa, assim como das câmaras municipais, se nós admitirmos. Se admitirmos que pode vir aquele senhor aqui, na semana passada, e dizer que não pode falar para nós, naquele conto que o advogado dele disse, ele pode até ficar em silêncio. Nisso, nós concordamos, pelo direito que lhe confere a Constituição. Mas, não com aquela argumentação dele sobre a delação.

Aliás, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Desculpe, pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós conversamos ao final daquela reunião de que falaríamos com o desembargador pedindo agenda para tratarmos sobre a questão do Marcel. Responderam ontem: essa agenda será no dia 25. Depois eu passo o horário, vou pegar com minha assessoria.

Se aceitarmos aquilo, senhoras e senhores, deputado Gilmaci, nós estaremos acabando com as CPIs. E não é esta. São todas. Isso nós não podemos deixar. Então, esta CPI produziu resultados. Temos que continuar fazendo outras investigações

também, concordo com Vossa excelência. E existe requerimento nesse sentido, ,que avancemos.

Não podemos deixar que a mentira venha, e nos chamem de trouxas. Podemos fazer a diferença, basta querermos e termos vontade política para isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nesse sentido, se me permite, presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação, se possível. Não sei, sinceramente, é uma ideia que me ocorre agora.

Se já não podemos fazer relatórios parciais e antecipar alguma coisa, entendeu? Porque há coisas aqui que já ficaram evidentes. É encaminhar para o Ministério Público e pedir cadeia, pedir isso, pedir aquilo, pedir aquele outro. Para não ficarmos mais procrastinando. E vamos em frente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Aí você corre o risco de fragmentar o objeto maior desta CPI.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tem coisa aqui que não precisa fazer mais absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade, como isso é uma prerrogativa do relator, fica registrado o pedido de Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tenho certeza, inclusive, de que o relator vai ver com muito bons olhos a indicação de Vossa Excelência.

A palavra continua com o deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Cleiton nós conhecemos, e não é de hoje. Por aquilo que o deputado Barros Munhoz fala - vou chamá-lo de você, porque você é bem mais jovem do que eu -, você conhece a questão de cooperativas no estado de São Paulo, e muito.

Eu achava que você deveria ter ido para a Secretaria da Educação para orientar a Secretaria da Educação que, no mínimo, a Coaf era uma bandida. No mínimo. Que todos nós sabemos que é. Ela não tem nem inscrição na Ocesp, ela não tem nada.

Desde quando você conhece a Coaf?

O SR. CLEITON GENTILI - Desde a minha entrada na Secretaria da Educação. Antes disso, não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você não conhecia antes?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, não conhecia.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Isso, para mim, é uma... Onde você estava? Na Codeagro, e não saber o que era a Coagrosol e a Coaf é muita coisa, Cleiton. Você me desculpe.

O SR. CLEITON GENTILI - A Coagrosol eu conhecia.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas a Coaf, não.

O SR. CLEITON GENTILI - Coaf, não. Coaf, deputado, eu passei a conhecer a partir do momento em que eu fui para a Secretaria da Educação. A partir desse momento.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Ela nunca passou pela Codeagro?

O SR. CLEITON GENTILI - Nunca passou pela Codeagro, nunca passou pelo ICA.

O SR. - Não existia. Nunca existiu essa cooperativa.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Como é que ela chegou na Secretaria da Educação? Eu estou a cada dia entendendo que esses caras da Coaf são muito espertos. Eles passaram...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se me permite, deputado Zico. Só para precisar essa questão de datas, o senhor foi para a Educação, Sr. Cleiton, exatamente quando a coisa explodiu. O senhor foi lá em junho de 2015, ou janeiro?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Janeiro, e tomou posse em fevereiro de 2015.

O SR. CLEITON GENTILI - Eu fui nomeado em janeiro e tomei posse em fevereiro.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Todo mundo já sabia o que era a Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, ainda não. Ainda não estava. Não, foi em junho de 2015.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, foi em 2016 que saiu toda a denúncia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não. Foi em junho de 2015 que começaram as investigações, a interceptação telefônica. E, aí, em 2016 é que explodiu, não é?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Mas, de qualquer forma, é impossível. É a mesma coisa que o senhor trabalhar na aviação e não saber o que quer dizer Gol, é o senhor achar que é só quando a bola entra na rede. Mais ou menos isso.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Viu, Cleiton? Pela sua capacidade, pelo seu conhecimento de 15 anos na Secretaria de Agricultura, você não me convence, de forma nenhuma, que você não sabia da Coaf. Não me convence.

Porque a sua posição nas reuniões de que participei são muito claras. Você sabe o que é agricultura familiar, você sabe tudo. E não saber da Coaf é muito estranho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se me permitem, meus queridos colegas, ali, quem entra para trabalhar num departamento como esse, que vai fazer compra de merendas de cooperativas de agricultura familiar, é a mesma coisa que uma criança que entra na escola e faz o primário, o ginásio, o científico - estou falando, ainda, na minha linguagem -, se forma na faculdade, e não sabe de uma coisa que aprende no primeiro mês em que entra no curso primário: saber o que é uma cooperativa. É o mínimo, o mínimo.

Quer dizer, aqui não se fez nada. Compraram-se milhões sem a preocupação de conhecer minimamente. Aliás, eles dizem ainda que não conhecem nada sobre cooperativismo, absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Registro a presença do nobre deputado Jorge Caruso e da deputada Ana do Carmo, que é a próxima inscrita. O tempo já está encerrado, deputado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Viu, Cleiton. Eu estranho muito, porque você sempre demonstrou um profissional à altura, tanto na Codeagro, quanto na secretaria de... quando nós estivemos no Pnae.

Então, essa estranha... de que você não conhecia a Coaf, de que você não sabia, que você ligou para esse tal de Carlinhos, que eu nem sei quem é.

Toda essa história, é duro de sermos convencidos disso. Muito difícil. Porque você, nas reuniões, principalmente na última de que você participou, pela Secretaria da Educação, lá na Secretaria de Justiça, você entende - e muito - de agricultura familiar. Eu acho que a Secretaria de Agricultura de pôs lá para, minimamente, orientar. Não foi por acaso que você foi para a Secretaria da Educação. Não foi.

Você foi lá com um objetivo, tinha que orientar a Secretaria da Educação o que era agricultura. Porque ninguém pega uma pessoa daqui e joga para lá à toa. Ninguém. Não passa isso.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que o Cleiton, se não sabe da Coaf, se não sabe das cooperativas do estado de São Paulo, todas, é muito estranho para mim, conhecendo você e a sua capacidade.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Quero passar o meu tempo para o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado, deputada Ana. Sr. Cleiton, o senhor tinha quais e-mails na época em que o senhor trabalhava na Secretaria da Educação e saiu agora? O senhor mantinha contato com as pessoas da secretaria, ou eventuais fornecedores.

O SR. CLEITON GENTILI - E-mails?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, qual e-mail? O seu e-mail.

O SR. CLEITON GENTILI - E-mail?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E-mail, e-mail.

O SR. CLEITON GENTILI - E-mail eletrônico?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. CLEITON GENTILI - É, e-mail, o que... quando, quando havia uma demanda, é... porque nós tínhamos um planejamento. Nós temos esses produtos para serem adquiridos. Então, passávamos a fazer os contatos, seja por e-mail, até por telefone, não é? Para tentar agendar reuniões e para conversar sobre o mercado, verificar se há concorrência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual endereço de e-mail o senhor utilizava à época? Qual endereço de e-mail?

O SR. CLEITON GENTILI - Cleiton Gentili,
cleiton.gentili@educacao.sp.gov.br.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Cleiton, o senhor poderia só soletrar, para ficarmos com o registro, por favor?

O SR. CLEITON GENTILI - Cleiton é “C”, “L”, “E”, “I”, “T”, “O”, “N”, ponto Gentili.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com dois “L”s?

O SR. CLEITON GENTILI - Um “L” só. Arroba educacao.sp.gov.br.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você usava algum outro e-mail nesse período?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor alguma vez trocou e-mail com alguém da Coaf?

O SR. CLEITON GENTILI - Não. Por conta dos trabalhos, da rotina de trabalho, nós tínhamos trocas de e-mails.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual era o assunto que você normalmente tratava com a Coaf?

O SR. CLEITON GENTILI - Eram os produtos. Possibilidade de adquirir produtos da agricultura familiar.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Produtos é só suco?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, não. Buscávamos extrato de tomate. Na verdade, eu fui...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Permita-me. O extrato de tomate é produzido pela agricultura familiar?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim. Até onde entendemos, o que... A cooperativa, muitas vezes, não tem a planta industrial para fazer o processamento, por exemplo, do tomate, e fazer extrato de tomate.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - E nem mesmo do suco.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim. E o que a cooperativa estabelece? Ela estabelece, junto com uma planta industrial, um contrato de cooperação, onde ela manda a sua produção - a produção dos produtores -, e essa planta industrial é que processa.

Isso acontece no sul do País, isso acontece em todos os estados que realizam chamadas públicas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só continuando o aparte, o que me causa sempre preocupação é que esses contatos que são feitos... Muitos deles não são formais. Tem-se, às vezes, um questionamento formal e uma resposta informal. Por exemplo, quando o senhor fala de telefonemas, isso, para mim, dentro do serviço público, sobretudo quando se trata de pesquisa de preços ou coisas do gênero, semelhantes, eles não deveriam... Deveria ser proibido qualquer contato telefônico. Deveria isso ser feito de forma formal, seja por meio de ofícios, seja por meio de e-mails, porque isso fica registrado.

Então, eu gostaria de saber por que vocês faziam contatos telefônicos se poderia ser feito isso de uma forma a formalizar as respostas aos questionamentos que vocês recebiam no seu departamento.

O SR. CLEITON GENTILI - Os contatos que eu fazia eram contatos, todos eles, feitos, realizados via eletrônico.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, mas, o senhor também falou que... Agora, há pouco, o senhor falou de telefonemas.

O SR. CLEITON GENTILI - Sim. Por conta da rotina de trabalho, que era uma rotina muito grande... É muito trabalho, então, quando você liga, você acaba agilizando,

por exemplo, o agendamento de uma reunião com o presidente de uma câmara setorial. Agora, vincular o conteúdo de um telefonema a, daí, tirar algum proveito não tem liga.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós também não sabemos o que foi discutido no conteúdo dos telefonemas. Essa é a grande questão. Isso é difícil - a não ser que esses telefonemas estivessem grampeados, o que não era o caso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disponibiliza a esta CPI o sigilo do e-mail que o senhor usava?

O SR. CLEITON GENTILI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor, alguma vez, mandou algum e-mail informando sobre o processo licitatório? Seu início, seu fim, algo do tipo...

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nunca fez isso ao Sr. César?

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Conhece o Sr. César Bertholino?

O SR. CLEITON GENTILI - César?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bertholino.

O SR. CLEITON GENTILI - Não, o único contato que nós tínhamos era o Sr. Carlos, vulgo... Chamado de “Carlinhos”... Ele era o representante da cooperativa junto à Secretaria da Educação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aliás, quem o chamava de “Carlinhos”, lá?

O SR. CLEITON GENTILI - Ele se apresentava, deputado, como Carlinhos. Ele se apresentava: “Eu sou o Carlinhos. Sou representante...”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque, em fevereiro deste ano, foi feita uma matéria, em que, em uma interceptação de mensagem de celular, foi pega uma conversa entre o Sr. Cássio e o Sr. César, dizendo que o senhor teria mandado um e-mail informando da chamada pública de 2015, que seria cancelada... Porém, antes disso, houve telefonemas ao Sr. César, ameaçando, dizendo que o processo, de fato, ia ser cancelado. Isso está na interceptação de telefone. Nessas mensagens, informaram que o senhor teria mandado esse e-mail. O senhor se lembra disso?

O SR. CLEITON GENTILI - Não, não encaminhei e-mail algum. Eu vi notícias na imprensa sobre isso e, de fato, eu conferi meu e-mail. Não há registro nenhum. Eu não estou informando ninguém de cancelamento de chamada nenhuma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Encerradas as perguntas dos Srs. Deputados, dispensamos a testemunha. Quero agradecer ao Sr. Cleiton pelo comparecimento.

Antes de darmos um intervalo de cinco minutos, até que a outra testemunha venha aqui, há uma solicitação do deputado Jorge Caruso, para que se faça entre um depoimento e outro a votação da pauta de requerimentos. Como não é algo de praxe da Comissão, eu consulto os Srs. Deputados, se existe alguma objeção com relação a isso. Nenhuma objeção? Então, antes da próxima testemunha, faremos a votação dos requerimentos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, abra uma exceção para eu, diretamente, perguntar.

O senhor foi para a Secretaria da Agricultura, também, por indicação de alguém?

O SR. CLEITON GENTILI - Secretaria da Agricultura?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É.

O SR. CLEITON GENTILI - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Lá foi concurso?

O SR. CLEITON GENTILI - Lá eu comecei como estagiário, no programa “Viva Leite”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E, depois, o senhor foi contratado por quem, lá?

O SR. CLEITON GENTILI - Por Dr. José Augusto. Vim crescendo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, daremos uma pausa de cinco minutos, até que possa ser trazida a próxima testemunha - não antes de registrar a presença da nossa querida deputada Maria Lúcia Amary. Em cinco minutos, voltaremos à pauta e, depois, passaremos à segunda depoente.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Retomando a nossa reunião, vamos à apreciação dos requerimentos.

Item 1 - Requerimento dos deputados João Paulo Rillo e Carlão Pignatari...

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, tem a palavra o nobre deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, analisando aqui os nossos requerimentos, eu queria pedir vista dos itens 3 e 4, para nós analisarmos melhor isto, aqui. Então, eu peço vista dos itens 3 e 4, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Concedida vista dos itens 3 e 4.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eduardo de Araújo Lima...

Eu pediria vista, também, do item 1.

Do item 2 já veio a informação, senhor secretário? Não foi pedida, ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não foi. É que...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois, não. Eu só peço do item 1, então.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O pedido de vista do item 1 pelo deputado Barros Munhoz é regimental. Concedida vista.

Item 2 - Requerimento nº 173, de 2016, que requer que seja solicitada junto aos órgãos competentes a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sra. Dione Moraes Pavan, em razão do seu depoimento nesta CPI, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Só para o conhecimento de todos, inclusive, o nobre deputado Barros Munhoz já citou que veio uma resposta da Receita Federal, dizendo que não existe competência das CPIs estaduais e nem do Distrito Federal para requerer quebra de sigilo bancário. Esta Presidência já encaminhou o pedido à Procuradoria da Casa para que tome as medidas judiciais cabíveis, no sentido de contestar essa informação da Receita Federal.

Item 5 - Requerimento nº 179, de 2016, que requer que seja oficiada a Secretaria da Educação para que envie todos os processos de contratação, inclusive os procedimentos licitatórios, da empresa Panificadora e Distribuidora Re-Ali Junior Ltda.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, só pela oportunidade...

Podemos saber qual é a finalidade, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aliás, Sr. Presidente, aproveitando só a... A Receita entender isso significa ela entender que os delegados de polícia do estado de São Paulo não podem requerer quebra de sigilo ou que os promotores estaduais também não podem requerer quebra de sigilo. É esdrúxulo tal entendimento.

Essa panificadora possui diversos contratos com o estado de São Paulo, vultosos. A pessoa que a representa é justamente o Joaquim, que atuava, também, pela Coaf, em diversas cidades. O Joaquim, segundo suspeita, foi quem fraudou o laudo bromatológico. Enfim, ele recebe valores consideráveis.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois, não. Ok.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Quero fazer aqui só uma justificativa, porque fui questionado pelo deputado Alencar Santana Braga - ia até fazer um pedido de desculpas a ele porque ele fez o requerimento de convocação do Joaquim, desse mesmo Joaquim, me parece - e como este deputado havia entendido que se referia às prefeituras eu acabei não colocando na pauta. Colocarei na pauta da próxima reunião. Pedirei a publicação para que seja votado na próxima reunião. E queria pedir desculpas...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para fazer um esclarecimento sobre o Joaquim, além de eu ter falado dele atuar pela Coaf em diversas cidades e dessa questão do exame do laudo bromatológico, ele representa essa empresa, como a panificadora que é a fornecedora de pães de praticamente todos os contratos de pães, há alguns anos, ao estado de São Paulo, e são contratos altíssimos. E o representante legal, com procuração juntada, para poder atuar em nome dessa empresa, da Re-Ali Junior, de Jarinu, é a fornecedora de pães para o Estado, e ele atua. Quer dizer, como o deputado

Gilmaci Santos disse, temos que entrar em outros casos. Nós temos também que aprofundar na investigação do que ocorreu em outros casos.

Esse é um caso concreto que nós precisamos ter maiores esclarecimentos. Por isso que também fiz a convocação do Joaquim, e fiz aquela reclamação pelo requerimento de não ter entrado na pauta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, V. Exa. me desculpe. Na verdade eu entendia que era com relação às prefeituras, por isso não coloquei na pauta. Mas colocarei na próxima reunião da comissão.

Só para ciência dos senhores, a resposta encaminhada a esta comissão entre os dias 1 e 14 de outubro de 2016, de conformidade com a solicitação contida nos Requerimentos nºs 95 e 96, pelo tal município, afirmando a não existência de contrato com a Coaf e com a Coagrossol, Getulina. Então, esgotada a pauta de requerimentos, passamos à oitava da segunda testemunha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, eu cheguei neste instante e já havia sido feita o pedido de vista dos dois requerimentos que eu fiz, convocando o Sr. Alexandre Zakir, que é secretário-geral da Administração da Assembleia, e o Sr. Antonio Silvio Magalhães que coordena a sindicância. Eu não entendi o pedido de vista. O requerimento é claro aqui. Por diversas vezes todos os deputados, sem exceção, os do lado de cá e os do lado de lá, falaram da necessidade de termos acesso a essa lenta sindicância.

Na semana passada ficou provado aqui, mais uma vez, que o Sr. Jeter e o Sr. Merivaldo agiam em conluio para roubar dinheiro público, dinheiro de merenda. E aí nós chamamos os dois para prestarem esclarecimentos e se pede vista para analisar o requerimento. Está claro o requerimento. O requerimento é para que os dois falem sobre a sindicância. Aliás, a sindicância começou bem antes que a CPI, tem um objeto muito restrito, muito menor, e não avançou nem um por cento do que a CPI já avançou. Eu não entendi, Sr. Presidente. Estou indignado com isso. Para mim fica clara a tentativa de blindar o Sr. Fernando Capez, presidente desta Casa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, eu entendo a motivação do deputado João Paulo Rillo, mas eu também queria entender uma coisa: essa é uma CPI para apurar o desvio de merenda e superfaturamento, ou para apurar a inércia da

Comissão Processante Interna da Casa? Porque então nós abrimos uma CPI específica, porque entendo que isso é um problema da Mesa. Ou seja, se não está andando a sindicância, a Mesa que se entenda com a comissão da sindicância. Com todo o respeito, essa é a minha opinião. Foi pedido vista pelo deputado Gilmaci Santos e já vou antecipar, Sr. Presidente, se voltar para a pauta o próximo a pedir serei eu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Engraçado, deputado Jorge Caruso, que V. Exa. pediu para que nós não votássemos o requerimento da convocação de um candidato a prefeito do seu interesse, e nós atendemos porque entendemos que não tinha que politizar nem contaminar o processo. Agora, V. Exa. me surpreende com essa posição de blindar o Fernando Capez aqui.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É diferente. Esta CPI tem por objeto apurar superfaturamento de merenda, não para a exposição de pessoas ao ridículo, ao crivo de um contraditório que às vezes não existe e numa total ausência de provas em uma série de situações. O que está se tentando fazer em determinados momentos aqui, ou em muitos momentos, é uma exposição das pessoas pura e simplesmente. E isso também havia uma tendência, por maldade ou não, ou por desconhecimento de fato, de se colocar ou se aprovar colocação de pessoas na CPI que estavam disputando as eleições. Então, o meu pedido foi no seguinte sentido: não dá para nós aprovarmos...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu considerei razoável o seu pedido.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu agradeço a sua retirada, porque não achava justo que nós convocássemos, ou submetêssemos a convocação de alguém aqui em véspera de um processo eleitoral, tornando esta CPI meramente política. O que acho que está acontecendo aqui, deputado João Paulo Rillo - numa forma contrária - é que estamos trazendo para a CPI a discussão sobre o que é que está acontecendo na sindicância da Casa, nós estamos invadindo a competência da Mesa desta Casa. Essa é a minha opinião.

O deputado Gilmaci Santos pediu vista. E já antecipando, se voltar para a pauta o próximo pedido de vista será feito por mim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para responder à Questão de Ordem, deputado, é prerrogativa de cada deputado o pedido de vista.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - E a minha também de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para informar aqui - já foi informado na reunião passada, mas eu volto a informar - que a sindicância na Casa corre sob sigilo de Justiça.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Que Justiça?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sob sigilo. Desculpe, foi um termo equivocado. Quero dizer que já foi informada a esta comissão que os depoimentos dos três investigados foram remetidos para cá, e que foi aberto o acesso aos membros titulares e suplentes desta comissão para todo o procedimento que está acontecendo no processo de sindicância da Casa. Todos os membros e suplentes podem consultar todo o processo.

Só para esclarecer, se não ficou claro na última reunião desta comissão, quero deixar claro, mais uma vez isso: todos os membros titulares e suplentes desta comissão têm acesso a todo o processo de investigação que está acontecendo na Casa.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Queria só discordar do argumento do deputado Jorge Caruso de que a sindicância nada tem a ver com a CPI. Tem tudo a ver, o objeto é o mesmo. A sindicância foi feita para apurar a conduta de servidores em relação à máfia da merenda. Portanto, se tem algum elemento novo, se tem alguma coisa que possa contribuir, é muito bem vinda. A verdade aqui é que tem uma materialidade, tem prova concreta de troca de e-mail, de troca de cheque que mostram o envolvimento do mandato do deputado Fernando Capez na CPI. Isso pode ser a ponta do iceberg.

A sindicância tinha por objetivo apurar e punir os culpados. Não faltam provas. O Sr. Jeter já pediu a aposentadoria, deputado Barros Munhoz. Está claro uma coisa aqui: já foi feito um grande acordo para que ele silencie e preserve o “capo”. A verdade é que se a sindicância fizesse o trabalho correto e apontasse a punição deles, quem garante que eles não vão abrir a boca e vão ficar com a informação para eles? Essa é a verdade.

Portanto, aqui tem uma blindagem em relação ao presidente da Assembleia. Isso que está acontecendo aqui é uma vergonha, uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Essa é uma opinião de V. Exa. com a qual eu não compartilho. Até agora é muito evidente para mim, pelo menos nos depoimentos, que os dois funcionários - não faço juízo pessoal - mas ao que tudo indica os dois funcionários que estiveram no gabinete do deputado realmente têm envolvimento, um com prova muito concreta. Agora, daí a ...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Então, ele tem que ser punido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas eu concordo com isso.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Já gostei dessa declaração, Sr. Presidente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Punido onde? Nós temos a Justiça Federal apurando, temos inquérito policial, nós temos a CPI.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Deputado Jorge Caruso, V. Exa. é deputado há muito tempo na Casa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E tem a CPI! Deputado Caruso, tem a CPI que é para isso também.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Todos foram ouvidos da mesma forma. O que estamos fazendo é girar em torno de nós mesmos. Nós voltamos com a mesma história.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Vossa Excelência sabe que tem objeto aqui para a Casa punir exemplarmente os servidores envolvidos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não. Eu não vi ninguém preocupado aqui de fato até agora, de pegar o relatório do Tribunal de Contas do Estado que deu 144% de faturamento e apurar de onde é que veio isso.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Nós estamos apurando, estamos apurando.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Até agora essa CPI limitou-se aqui a expor uma série de pessoas àquilo que já aconteceu em todo o inquérito policial, à exposição da imprensa e tudo mais. Essa é a minha opinião.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Vossa Excelência está completamente enganado. Da nossa parte a CPI avança muito. Vossa Excelência está completamente enganado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, senhores, não vamos fazer pré-julgamento, porque na verdade, como eu disse, os membros da comissão têm acesso a todo o andamento, e quem tiver acesso a todo o andamento vai ver que não se propõe que se acabe em pizza. Portanto, aconselho aos membros da comissão que procurem informar-se sobre essa sindicância, e que depois, por favor, informem aos deputados da sua bancada porque na verdade não está se desenhando isso que V. Exa. está afirmando, deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Faço minhas suas palavras, que tem evidência do envolvimento dos dois assessores. Se até V. Exa. chegou a essa conclusão, imagine uma sindicância que há meses está apurando?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas aqui ninguém está dizendo o contrário, deputado, aliás, deles e dos que vieram aqui depor.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, se a sindicância cumpre o seu papel e pune exemplarmente, depois de provas e convicção de que tem envolvimento, sabe o que aconteceria com esses servidores; não sabe? Sabe o que poderia acontecer com quem nomeou esses servidores em seu gabinete?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, não vamos fazer ilação.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Pelo contrário. Eu estou propondo requerimento para que não fiquemos em ilações, para que nós avancemos para fatos concretos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, ele vai vir aqui mas ele não vai poder falar porque é sigiloso o processo. Quem vier aqui...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - É vergonhoso o processo!

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência tem um deputado da sua bancada na comissão, ele tem acesso ao processo e eu solicitaria que vocês fossem até o processo e verificassem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para que esses requerimentos possam entrar na pauta seguinte eu vou pedir vista conjunta. Se o deputado Caruso retirar aqui o seu pedido de vista, o meu pedido de vista será retirado imediatamente. Desculpa, a que o Gilmaci Santos pediu.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu vou pedir na próxima vez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, eu já estou pedindo vista conjunta para que ele tenha condições de entrar. Mas, deputado Caruso, o servidor Zakir também é acusado de combinar versões. Portanto, o requerimento do deputado João Paulo Rillo tem todo o sentido, é para que ele seja ouvido. E o trabalho dessa sindicância, Sr. Presidente, desculpa, mas a sindicância está abaixo da CPI, o poder da CPI é muito maior. Dizer que nós não podemos ter acesso... As informações que chegaram eram os depoimentos. Agora nós vamos ter acesso aos autos. Vamos atrás.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isso já foi informado na reunião passada, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porém, a convocação do deputado João Paulo Rillo, não só dos arquivos, como do Sr. Antonio, aqui é pertinente. É direito pedir vista. Faz parte de todo o trabalho parlamentar, é regimental, mas entendemos a importância. Aliás, Sr. Presidente, tem outro requerimento que entrou na pauta na semana anterior, foi pedido vista conjunta, dois requerimentos de acareações e que não voltaram a essa pauta. Faz-se necessário que sejam incluídos, pois são requerimentos que estão ligados ao objeto da investigação do estado de São Paulo. Portanto, peço a V. Exa. que, por favor, possa colocá-los novamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ok.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só pela oportunidade, mas eu queria apenas entender por que está sob sigredo. Isso tem tudo a ver com a CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Porque é um procedimento da Casa, deputado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Toda a sindicância é sigredo? Toda sindicância?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Toda a sindicância é sigilosa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas pode ter acesso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas senhores, eu acabei de falar que a CPI tem acesso. Foi franqueado o acesso a todos os membros da CPI, titulares e suplentes. Isso já foi informado na reunião passada.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Até para explicar para o João Paulo Rillo o seguinte: primeiro, que é um direito regimental de fazermos pedido de vista e, também, de que eu não tive acesso a essa documentação, a esses depoimentos. Então, eu quero ter acesso, vê-los, estudá-los para depois, então, tomar atitudes se chamamos ou não. O meu pedido de vista é exatamente para eu conhecer o conteúdo desses documentos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O Sr. Rodrigo Pimenta já está presente? Primeiro, quero informar ao Sr. Rodrigo Pimenta que ele está aqui na condição de testemunha e como tal tem o dever de falar a verdade, inclusive se sujeitando a todas as penas civis e criminais em função de não fazê-lo. Tem sido nesta comissão, Sr. Rodrigo Pimenta, que as pessoas façam uma pequena exposição de qual é a sua atuação pública, ou como foi e quando ingressou no Poder público, quando saiu, se saiu, qual a função que exerceu e depois fazer uma explanação daquilo que sabe da Operação Alba Branca e qual a relação que teve com qualquer pessoa citada nesse procedimento da Operação Alba Branca. Com a palavra o Sr. Rodrigo Pimenta.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sr. Presidente, nobres deputados, bom dia. Eu iniciei a minha carreira no ano de 2002, quando entrei na Secretaria da Educação. Eu entrei como estagiário na Secretaria da Educação, no setor de Cerimonial. Em 2014 a minha atual chefe me chamou e me deu a oportunidade de trabalhar e desde lá eu desenvolvia atividades dentro da Secretaria da Educação. O último posto que ocupei foi o de diretor do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, que deixei de atuar em janeiro de 2015, saí nesse período.

Vossa Excelência me perguntou as atividades que eu desenvolvia no departamento. Enquanto diretor eu atuava no planejamento das ações, no desenvolvimento de políticas públicas e atuando diretamente ali no que era priorizado pelo gabinete do secretário junto com a coordenadora para o ano que nós deveríamos desenvolver. Não tenho nenhum envolvimento com o caso Alba Branca. Tomei conhecimento dele pela mídia. Sinceramente, eu me assustei. Não compactuo com qualquer tipo de irregularidade e não faço parte disso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor ainda continua como funcionário da secretaria?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não. Já deixei o cargo da Secretaria Estadual da Educação em janeiro de 2015. Ocupei outro posto de assessor na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência em abril do ano passado, e deixei de ocupá-lo a pedido a partir de fevereiro, também.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor hoje não está em nenhum cargo público?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas é funcionário público?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não sou funcionário público.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não é concursado.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não sou concursado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor saiu da secretaria por livre e espontânea vontade, ou foi exonerado?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Saí por livre e espontânea vontade.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual exatamente a data - desculpe o senhor falou e eu não me atentei.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu saí em janeiro de 2015. Deputada, aí tem uma pequena diferença: em janeiro de 2015 foi a minha última atuação na secretaria. A partir disso eu peguei férias e a exoneração, de fato, saiu em fevereiro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que cargo o senhor ocupava lá?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O último cargo era o de diretor do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Agora o senhor trabalha em quê?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Você foi estagiário em 2002. Foi até 2014?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Foi até janeiro de 2015.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que cargo o senhor ocupava depois de estagiário? O senhor foi concursado ou comissionado?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Comissionado, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual era o cargo em comissão?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Em novembro de 2012 eu entrei como estagiário e fiquei até maio de 2014...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foi em 2012 ou 2002?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foi em 2002.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ah, 2002, tá certo.

O SR. RODRIGO PIMENTA - E até maio de 2004 eu estava como estagiário. A partir de maio de 2004 eu fui contratado pela Fundação Faculdade de Medicina, onde exercia um trabalho junto à Secretaria Estadual da Educação para trabalhar lá, e fiquei nesse cargo até fevereiro/março de 2012.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Como chama a fundação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Fundação Faculdade de Medicina.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela tem relações com a Secretaria Estadual da Educação? Como é que funciona?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É estranho não é? Porque ela é autônoma ligada à Faculdade de Medicina.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E aí pega uma fundação e põe um funcionário dentro da secretaria? Como é que é isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É uma forma de contratar...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - De terceirizar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É uma terceirização, não é isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foi a forma como eu fui contratado, deputado. Foi-me oferecido e eu aceitei à época.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É uma forma de lesar um concurso público da Constituição Federal.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Em 2004 eu trabalhava como assessor de gabinete. De 2004 até maio de 2005 eu fiquei nesse posto de assessor e depois eu fui trabalhar na assessoria parlamentar da secretaria, onde fiquei até 2009. De assessor parlamentar eu fui para assessor técnico de gabinete, onde fiquei até 2012; e em 2011, na verdade, com a reestruturação eu fui convidado para assumir o posto de diretor do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o seu vínculo empregatício nesse período todo, em vários cargos da secretaria, era na secretaria ou era com a Fundação da Faculdade de Medicina?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Oficialmente com a fundação.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Oficialmente com a fundação, até 2012.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas mesmo assim nesse período, com vínculo com a fundação, o senhor já exercia função de assessor parlamentar na secretaria. É isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Trabalhava lá.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E o seu salário era pago pela fundação.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Vinculado pela... sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela fundação? O senhor tinha alguma gratificação adicional da secretaria?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nenhuma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Adicional não.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só pela fundação.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Só pela fundação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E depois de 2012 passou a ser contratado direto pela secretaria.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Comissionado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Comissionado pela secretaria.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Comissionado pela secretaria.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Até janeiro de 2015... foi estagiário em fevereiro depois das férias.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, são 12 horas e 15 minutos, então até às 13 horas e 15 minutos o pessoal pode fazer a inscrição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, só uma questão. Acho que ele não falou um pouco do que ele fazia no setor dele, como que era o trabalho dele. O que o senhor desenvolvia, a competência?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito. Basicamente, o Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, apesar de ter o nome Alimentação, ele não cuidava só da alimentação, deputado. Ele tinha outros programas grandes também. Por exemplo, o de transporte de escolares e ele atendia a parte de assistência ao aluno, que mexia com grêmios, não diretamente o departamento, mas os núcleos vinculados, as diretorias abaixo do núcleo vinculado. Os maiores programas que existiam, que realmente tomavam bastante tempo, eram o de Alimentação, o de Transporte, o programa “Visão do Futuro” e o de grêmios estudantil que estávamos estruturando para fazer um trabalho junto com os grêmios. Respondi à sua pergunta, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O programa “Escola da Família” também fazia parte?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O “Escola da Família” não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Esse era um programa à parte, não pertencia a nenhum departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nenhum vinculado a mim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor fazia exatamente no departamento? Cite detalhes da área de alimentação escolar.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Da área de alimentação? Ok. Como nós costumávamos trabalhar? Geralmente nós nos reuníamos com a coordenadora e ela dava as linhas do que ela pretendia fazer ao longo do ano, seguindo a orientação do gabinete com relação ao atendimento aos alunos e a como melhorar o atendimento na prestação de serviço, a qualidade da merenda oferecida... Além desse trabalho, o gabinete também atendia muitos deputados que solicitavam reuniões, e a assessoria parlamentar também atendia. Então, eu ia representando o departamento para passar informações pontuais, específicas de municípios, algo nesse sentido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor trabalhava com o Benê?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Trabalhava com o Benê. Trabalhei com o Benê um período.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está aberta a inscrição, por enquanto não há nenhum deputado inscrito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu gostaria que ele falasse quem era sua coordenadora.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu tive duas coordenadoras na verdade. No ano de 2012 foi a Ana Leonor, até final de novembro de 2013. Depois, assumiu a Dione Di Pietro, que ficou até o final de novembro ou dezembro de 2014, eu acho.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - O senhor saiu da secretaria em abril de 2015, é isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, foi em fevereiro de 2015 oficialmente. Em janeiro eu me afastei por férias e não voltei mais.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - O senhor foi para algum órgão do Estado depois?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não fui.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Longe de qualquer invasão na sua vida privada, eu gostaria de saber qual é sua atividade de lá para cá.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu sou relações públicas de formação e desenvolvo um trabalho de treinamento específico na área de educação emocional vinculada a vendas, técnicas avançadas de compra, chefia e liderança.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - O senhor prestou serviço nesse período, tem como demonstrar?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que eu prestei serviço? Sim.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - O senhor colocaria isso à disposição da CPI?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não vejo problema nenhum, deputado.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Está bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o primeiro inscrito, deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que razão o senhor saiu?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, houve troca de gestão, foi quando o governador foi eleito. A professora Dione tinha saído da secretaria e iria assumir uma nova coordenadora, então eu pedi para sair.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E quando saiu do Estado, em 2016, qual foi a razão?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Em 2016? Ah, agora em fevereiro? Olha, surgiu a Operação Alba Branca, falando de uma maneira muito franca e transparente. Eu fui até o chefe de gabinete e disse: “Olha, há uma situação, é um departamento em que eu trabalhava, eu não faço parte de nada disso, mas eu quero evitar transtornos para o senhor, então estou pedindo a minha demissão, por qualquer natureza de qualquer situação”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem era o chefe de gabinete?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Era o Antônio Denardi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor foi candidato este ano?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nunca fui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O seu departamento, pelo que foi dito, pelo que nós apuramos, cuidava da parte técnica em relação à alimentação escolar. É isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito, tanto da parte que desenvolvia cardápio quanto da parte de supervisão. Era uma das atividades.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nesse processo da chamada pública, além de elaborar o que era preciso, o que mais vocês faziam durante a chamada?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Desculpe, deputado, eu não consegui entender.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês elaboravam o cardápio, “a merenda vai ter o cardápio x, y, z tais dia da semana”. Então o senhor estava demandando ao outro departamento para que ele compre, correto?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Correto, exatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Da abertura do processo de compra à finalização do processo de compra, assinatura do contrato, efetivação, o que o departamento do qual o senhor era diretor fazia?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Tudo era feito com bastante antecedência para conseguir atender a rede, então nós tínhamos que emitir a ordem de compra. O fornecedor tem um prazo para poder entregar, então nós planejávamos o cardápio, via de regra, com no mínimo quatro, cinco, seis meses de antecedência, para conseguir cumpri-lo no período. Esse planejamento levava em consideração os itens que estavam disponíveis e os que poderiam chegar ao nosso armazém. Esse planejamento era feito de acordo com o número de refeições que iriam ser servidas. Há um índice dentro do sistema e, de acordo com esse índice, fazia-se um cálculo e passava-se a estima de compra para a nossa coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E quanto à formalidade do processo, os senhores não cuidavam disso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Formalidade do processo... O pedido saía do nosso departamento. Há outro departamento, que é o de Suprimentos e Licitações, que é o responsável por cuidar de toda a parte técnica de compras, fazer a formatação e passar para a coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No período em que o senhor esteve lá, quem eram os responsáveis pelo outro departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foram duas: a Lilian Rodrigues e a Marilena de Lourdes Silva.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E como era a sua relação com elas?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eram colegas de trabalho. Nós trabalhávamos, e de vez quando havia pontos de divergência, mas isso faz parte do trabalho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor saiu em janeiro de 2015, não é?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Além do cardápio, em algum momento o senhor praticou algum ato sobre chamada pública?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Eu diretamente ou o departamento, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor como...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Como diretor do departamento, nós pegávamos a legislação vigente e procurávamos atendê-la ao máximo. A legislação dizia que devíamos atender 30% da agricultura familiar, e o estado de São Paulo estava com muita dificuldade de fazer isso, então nós planejávamos ações para que pudéssemos atender isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tratava diretamente com o Dr. Padula sobre alguma questão sobre o seu departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Só quando convocado por reuniões.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve alguma orientação sobre chamada pública?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Dele, diretamente, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve de alguém?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. O que aconteceu foi o seguinte: em meados de 2012 para 2013, houve um problema com a citricultura aqui no estado de São Paulo. Veio uma orientação do secretário para nós, por meio da minha coordenadora, para que nós priorizássemos a aquisição do suco de laranja, e nós fizemos todas as tratativas para conseguir viabilizar isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais tratativas?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Fazer reuniões técnicas, conversar com a Secretaria da Agricultura para ver o entendimento de como poderíamos colocar, buscar descritivo para que pudéssemos atender...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nesse período da chamada pública, que é algo recente, o senhor notou alguma dificuldade? Processo novo, modelo novo de contratação... Qual foi a maior dificuldade no processo?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, o chamamento público em si é muito complexo, muito difícil de executar, principalmente por causa das características da Secretaria da Educação, que tem muitos alunos para ser atendidos. Segundo as informações que recebíamos da área técnica e até em reuniões, o maior problema é como comprar dos agricultores, sendo que nossa demanda é muito grande. Às vezes temos uma escola com um número elevadíssimo de fornecedores, e a limitação de entrega deles era grande.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais eram as pessoas que, na época que o senhor era diretor do Cenut... Era Cenut, não é?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, é DAAA.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na época que o senhor trabalhava no DAAA, quais pessoas eram responsáveis pela chamada pública que resultou na contratação da Coaf?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Houve duas chamadas públicas, uma em 2013 e outra em 2014. O senhor quer saber das duas?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, do período em que o senhor era diretor ou acompanhou algum caso envolvendo a Coaf.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito. Na de 2013 especificamente, quem fazia parte da comissão era a Vanessa Vieira, que é a nossa diretora. Na de 2014...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não era o diretor na época?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu era diretor do departamento, mas eu tinha uma diretora do centro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que centro?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que cuida de nutrição, o Cenu. A Vanessa, nessa primeira chamada, em que não houve contratação, ela era a presidente da comissão. Na segunda chamada, eu fiz questão de dizer para a minha colega, diretora do Departamento de Licitações: “Olha, nós não conhecemos nada de processo licitatório, não faz parte do nosso rol. Quero que você indique duas pessoas especificamente, uma para presidir e outra para acompanhar esse processo, porque nós não temos esse detalhamento”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem foi que ela indicou?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ela indicou o Yuri e o Eduardo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E eles entendiam?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, eu não tenho competência para avaliar isso, porque não faz parte do meu rol de trabalho, mas, se a diretora indicou, acredito que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acompanhou nessas chamadas de 2011, 2013, 2014, até de 2015, a consulta para estabelecer o preço de referência?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O preço de referência é feito dentro do Departamento de Suprimentos e Licitações. É atribuição desse setor, e nós não acompanhávamos. Eles é que faziam, exclusivamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conhecia a Coaf?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, passei a conhecer na secretaria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor se lembra de algum parecer jurídico recomendando o não prosseguimento da chamada pública?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Recordo do de 2013, especificamente. Como é uma coisa muito complexa para se contratar, o que aconteceu foi que a consultoria jurídica indicou que não fizéssemos chamada pública, chamamento público. Mas, se a gente fizer licitação, o agricultor familiar não entra, porque ele não tem conhecimento técnico para participar de um processo licitatório.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem decidiu que deveria continuar a chamada pública?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, a chamada pública, o que acontece... O governo federal determinou que todas as vezes em que temos que fazer a contratação de agricultor familiar, tem que ser por meio de chamada pública, e não licitação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, mas o jurídico de vocês falou que não.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Falou que não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E quem decidiu que deveria continuar?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, pegando a legislação federal, nós sentamos com a coordenadora Ana Leonor, à época, e falamos...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Coordenadora do quê?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Da Cise.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A coordenadora está acima do diretor?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Está acima de mim. Nós sentamos com a coordenadora e falamos: “Olha, a consultoria jurídica deu um parecer falando para não fazer a contratação, mas é uma regra diferente, nova, muito complexa, difícil de ser atendida. Se for por licitação, nós não vamos conseguir contratar de nenhum fornecedor da agricultura familiar”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem disse isso para ela?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu, junto com a Dione, que trabalha dentro do Centro de Serviços de Nutrição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Pavan?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A Pavan.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas se isso não era atribuição de vocês, por que vocês foram argumentar com ela?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Porque o meu desejo, deputado, era cumprir a legislação, e nós não estávamos cumprindo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah, mas o jurídico falou que vocês não deveriam ir por ali...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Mas nós poderíamos apresentar outra...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Seu desejo está acima do da assessoria jurídica?

O SR. RODRIGO PIMENTA - De forma alguma, de forma alguma, tanto que foi respeitado e não foi contratado. Nós só argumentamos com a coordenadora, a decisão é dela.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas foi aberto o processo, não foi?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foi aberto o processo. Foi aberto o processo e foi dado o encaminhamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então vocês contrariaram...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, a área jurídica aponta, e a área técnica pode justificar quando entende que a área jurídica não tem o total conhecimento da matéria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual era a área responsável pela abertura do processo licitatório?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Pela abertura do processo é o Desup.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas vocês que foram argumentar...

O SR. RODRIGO PIMENTA - A diretora estava presente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Diretora de quem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A diretora do Departamento de Suprimentos e Licitações - Desup - estava presente nessa reunião e nessa conversa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a decisão de continuar com o processo de chamada pública, contrariando o jurídico, foi de quem, afinal? O senhor disse que estavam a coordenadora, Ana Leonor; a diretora do Desup, Marilena; e o diretor do Cenut... Bem, o diretor era você... Estava também a Sra. Dione Pavan.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora Dione Pavan.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De quem foi a decisão?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A decisão sempre é do coordenador. Nós argumentamos, mas ele é quem decide se nós encaminhamos ou não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi da Sra. Ana Leonor?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim, a decisão é sempre do chefe. Vamos encaminhar, vamos tentar...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela consultou mais alguém acima dela para tomar essa decisão?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Disso eu não tenho conhecimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Após a decisão dela, qual ato foi praticado e por quem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, deputado, o que foi decidido foi o seguinte: vamos tentar, para ver se conseguimos a contratação. E foi feito o procedimento de chamamento público. Como nós não tínhamos experiência, e existem dois tipos de contratação para agricultura familiar - um federal e outro estadual -, houve uma mistura desses requisitos, e nessa mistura ficou evidente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas já havia acontecido uma chamada em 2011.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim, em 2011, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Inclusive a Coaf ganhou.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Dessa eu não participei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Coaf forneceu suco em 2011.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ok.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então vocês tinham o modelo.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Existia um modelo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E vocês não seguiram esse modelo?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foi repassado para a área de licitações avaliar esse modelo antigo e o que foi proposto, as duas formas. O Departamento de Licitações foi quem definiu o modelo de contratação. Nós argumentamos para continuar dentro do chamamento público, porque, se nós fizéssemos licitação, nós entendíamos que o fornecedor pequeno, o agricultor familiar não entraria para conseguir fornecer o produto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Do ponto de vista do programa, que visa a valorizar a agricultura familiar, é corretíssimo. E quem abriu a chamada?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A publicação é sempre feita pelo Desup, sempre pelo Departamento de Suprimentos e Licitações.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A diretoria da qual o senhor faz parte nunca abriu chamada pública?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que eu tenha conhecimento não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é possível... Chamada pública... Ele afirmou desde o início... O senhor Cleiton Gentili, que estava aqui antes, afirmou também que não era o Cenut, que não era o DAAA, que era o outro. Algo de estranho aconteceu em todo esse caso. Mais uma estranheza no caso da Coaf.

O senhor disse mais de uma vez, eu fiz de questão perguntar, e o senhor afirmou: é o Desup, é o Desup, é a outra diretora, é a Maria Elena que estava na reunião, foi por orientação da minha coordenadora Ana Leonor. Aí vem um parecer contrariando o jurídico, duas pessoas, um assinado pela Pavan. Na semana passada nós mostramos isso. Ela, que não entendia de Direito, contraria o parecer do jurídico dizendo que continuem a chamada. O senhor é chefe dela e diz que não abriu.

Há a Chamada Pública nº 01, DAAA, de 2013, Processo nº 1117/4444/2013, publicado no Diário Oficial, na página da internet da entidade financiadora educação.sp.gov, em jornal de circulação, em 30 de agosto de 2013. Desculpe, eu sei que eu tenho 7,7 de miopia, mas sabe quem assina? Rodrigo da Silva Pimenta, dia 29 de agosto de 2013. Por que o senhor assinou?

Não é possível, é mais uma estranheza! Só tem estranheza neste negócio! Estou falando em estranheza porque o senhor que esteve aqui antes disse que algo estranho aconteceu lá, porque também sumiu documento. Alguém lá, do nada, um ser invisível, sumiu... Ele disse que, para telefonar, ficavam 20 no entorno, todo mundo cuidava do telefonema, mas do documento ninguém cuidou, sumiu justo aquele documento.

Agora o senhor diz que não assinou, diz que é o Desup, o Desup, o Desup, que não competia a vocês, que vocês foram lá contestar pela agricultura familiar, que

decidiram em conjunto com a coordenadora, que foi a diretora, mas é o senhor quem assina?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, sinceramente, se o senhor tem um documento com o meu nome e eu assinei, eu não tenho dúvida de que...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso te mostrar.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Por favor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então ele fazia parte da licitação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fez, está claro. Ele assinou, ele abriu. O senhor abriu o processo de licitação.

O SR. RODRIGO PIMENTA - De 2013 é minha assinatura sim, fui eu que fiz. Sinto muito, eu não me recordava desse ato, porque não é um procedimento do departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora que o senhor relembrou, por que o senhor fez isso? Por favor, tente nos ajudar.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, eu não sei dar essa resposta neste momento sobre esse caso, sinceramente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas será que esse foi o único caso que o senhor assinou sem saber que estava assinando? O senhor não se lembra?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu tenho o hábito de ler, estou sendo bem sincero.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor pode...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não, eu já vi o documento, a assinatura é minha.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É absolutamente inverossímil a sua afirmativa, Sr. Rodrigo. O senhor insiste em continuar defendendo isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - De forma alguma, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor continua defendendo que não sabia e que excepcionalmente assinou esse, mas não sabia o que estava assinando?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, pelo amor de Deus, eu não estou dizendo isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós estamos vendo de quem se trata, nós sabemos de quem se trata. É absolutamente inverossímil, não dá. Uma criança de sete anos poderia dar essa justificativa, o senhor não pode. O senhor não entende isso? Isso vai... Aqui no Brasil às vezes demora uns 40 anos, 80 anos, mas um dia acontece, um dia a casa cai, e vai cair na sua cabeça. Ainda assim, o senhor vai continuar dizendo isso? Isso é um crime, o que o senhor está fazendo é um crime.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, se é um crime, eu sinceramente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Rodrigo, veja só: no mesmo ano de 2013, houve uma chamada anterior, assinada pela Vanessa. Quem era a Vanessa?

O SR. RODRIGO PIMENTA - É a diretora do meu centro, do centro em que eu trabalhava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então a Vanessa, sua diretora, já assinou de forma irregular. Essa chamada foi publicada no Diário Oficial e, mesmo assim, publicaram uma nova, o que é algo estranho também, assinada pelo senhor. Veja

só, o senhor, de certa maneira, cancela, revoga o primeiro documento, assinando e dando uma nova publicação, sem também cancelar o anterior.

Aliás, o documento dela é publicado, pelo menos no processo que chegou para nós da Secretaria Estadual da Educação, sem a assinatura dela. Vejam só a outra estranheza. Aí não sei se perceberam a estranheza e o senhor vai lá, assina e publica no final de agosto, no dia 30 de agosto.

O senhor é uma pessoa experiente, foi diretor com atribuição, comandava a equipe, e afirmou mais de uma vez: “ao nosso departamento não competia abrir o processo licitatório”.

O SR. RODRIGO PIMENTA - E não competia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todos que passaram aqui do departamento do senhor disseram a mesma coisa. O documento do reequilíbrio vai para o departamento de vocês em 2015, apesar de que o senhor não estava lá. Mas é o departamento que vai para a Pavan, que fala para Cleiton ligar, que tem a intimidade com o Carlinhos. Aí o senhor é o que assina, e o senhor não se lembra? Não é um acaso qualquer, é um contrato grande, algo novo.

Como é algo corriqueiro... Nós assinamos aqui, deputado Caio, diversas atas. Não são atas. Como se diz? O documento que vocês passam no final para nós assinarmos, que aprovamos aqui. As atas. Assinamos diversas, em qualquer comissão. É corriqueiro. Nós não lemos em detalhes cada ata. Até dispensamos a leitura. De repente você fala: “Poxa, constou algo lá que eu assinei e não vi”.

Agora, isso aqui é algo novo, diferente, algo que deu discórdia, desentendimento jurídico. Houve argumentação do departamento que o senhor dirigia para que fosse pela agricultura familiar. Aí o senhor abre o processo e não lembra?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu quero até dizer, em relação aos servidores da Educação, sem dúvida alguma essa CPI produziu resultado. O senhor está confessando. O senhor não sabe disso, mas o senhor está confessando. É confissão. O senhor está dizendo...

É evidente. O deputado está mostrando isso. Não é uma coisinha de menor importância. O senhor já devia... Ainda que não soubesse, antes de vir depor aqui o

senhor já devia saber. A primeira notícia que saiu na televisão o senhor devia se lembrar. “Poxa vida, será que esse foi aquele contrato que eu assinei?”

Quer dizer, é absolutamente inverossímil. É batom na cueca, para dizer o mínimo, o que o senhor está fazendo. Para dizer o mínimo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sabe por que eu estou triste? O senhor admitir isso, não lembrar isso, e não falar mais.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria pedir uma...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada Beth Sahão, a próxima inscrita é a senhora, e como já acabou o tempo...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, não é possível. Está muito rápido esse cronômetro.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já passou o tempo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria perguntar ao senhor, Sr. Rodrigo... Primeiro, quero cumprimentá-lo por estar aqui na CPI. O senhor assina um documento que não é da sua área. Isso não é intromissão em um desvio de função?

Quer dizer, o senhor tem uma função, um papel, que deve estar especificado, porque em todo lugar onde você trabalha... Invasão de competência.

O senhor não... É normal isso? Quer dizer, esse padrão de conduta era comum acontecer?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não é comum. O que acontece é o seguinte: eu tinha uma postura de trabalho dentro da secretaria, quando eu trabalhava, que era de tentar resolver situações.

Nesse caso específico, estou entendendo que assumimos algumas responsabilidades que não eram nossas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas é muito grande a responsabilidade, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Com toda certeza.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Porque é uma licitação pública, com dinheiro público.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E que o senhor desfez...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem pediu? Quem pediu para o senhor assumir? Alguém pediu para o senhor assumir. Quem pediu?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, deputado, ninguém me solicitou isso especificamente. O que acontece é... Tem um Departamento de Suprimentos e Licitações, e nós precisávamos fazer.

Não estava saindo... Estou entendendo que a minha postura para qualquer situação que envolva a área em que eu estava trabalhando... Para tentar resolver as situações, algumas vezes nós acabamos abraçando serviços que não são nossos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas a competência não era do coordenador da Cise, que, do ponto de vista do organograma da secretaria, estava acima do seu departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então eu errei ainda. Não era o outro diretor, era o coordenador.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Era o coordenador.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O departamento que pedia a abertura era o outro, mas quem assinava final era a coordenadora. Ele pulou duas atribuições e assinou, e não lembra quem mandou.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Existe alguma designação para que o senhor pudesse assinar na falta da...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não existe.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Designação formal. Formal.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Claro, formal.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não existe.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu acho que tem hora que... Sabe o que eu fico pensando aqui, Sr. Presidente? Parece que essa Secretaria da Educação, desculpe, era uma verdadeira bagunça. Porque some documento, um assina no lugar do outro, um invade a função do outro, a competência do outro.

As pessoas não sabem o que assinaram. Elas não lembram, elas não viram. Elas perdem documento. Elas não constataam os valores.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Elas têm amnésia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Aqui nós temos, por exemplo, não sei se o deputado Alencar falou... Chamada pública... Dos valores... Estipula-se um valor. Compra-se pelo valor mais alto. Quer dizer, que espécie...

E o pior de tudo que eu achei aqui, que até agora eu quero que o senhor me esclareça. Como é que funciona você, o senhor, desculpe-me, ser um funcionário de uma fundação da Faculdade de Medicina. Ela é ligada ao quê? Qual faculdade de medicina era essa?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Faculdade vinculada, se eu não me engano, ao Hospital das Clínicas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, “se eu não me engano”? O senhor era funcionário dela e o senhor não sabe?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Prestava serviço na Secretaria da Educação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor era vinculado. O senhor recebia. O senhor disse aqui para mim. No início da sua exposição, quando eu fiz uma pergunta, o senhor disse que o seu salário era pago pela fundação. O senhor não sabe qual era a fundação?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O senhor nunca leu o holerite?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É uma fundação. Eu quero saber o seguinte. É uma fundação privada ou é uma fundação pública?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Nunca leu o holerite?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não sabe?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É da Pinheiros? É da USP?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É da Paulista? Como é que é?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Acredito que seja da USP.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só pode ser da USP.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Nunca leu o holerite?

O SR. RODRIGO PIMENTA - É.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É da USP?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Da USP.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós precisamos saber de onde vem, porque o caso dele pode ser um primeiro que nós descobrimos aqui. Pode ter mais outros servidores. Nós não podemos dizer isso. Que venha da fundação. Então, deputado...

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Você disse que não se lembra de ter assinado esse documento, mas, com certeza, o seu superior, que era coordenadora, que era a senhora...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ana Leonor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dione.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Não, a Ana Leonor é a coordenadora que teria sido responsável pelo chamado.

Quando esse documento chegou até ela, com certeza os superiores ficaram sabendo, a chefia de gabinete, enfim. O senhor não foi chamado para explicar em relação a essa assinatura?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, especificamente sobre a chamada pública, por ser algo novo, por ser algum muito complexo, o Departamento de Suprimentos e Licitações não querer assumir essa responsabilidade por não entender e não saber como fazer também, à época, também pela complexidade... E nós querendo resolver. Sendo bem sincero. Essa é a minha postura. Eu procuro resolver as situações. A coordenadora tinha conhecimento sim. A Ana Leonor.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Ela autorizou você a assinar o documento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Ela tinha conhecimento e te autorizou a fazer isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Claro. E o processo passa...

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Então você não fez sem conhecimento. Você sabia o que estava fazendo, e com a autorização do superior.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Ele falou que antes não tinha nenhuma... Não tinha ninguém...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Posso fazer um esclarecimento?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pode fazer.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Especificamente sobre esse documento. Sinceramente, eu não me recordava de ter assinado ele. Agora, qual é a conduta dentro do departamento, dentro da coordenadoria?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor nunca foi alertado por ninguém que o senhor estava fazendo um ato que é irregular, que é ilegal?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Se eu tivesse sido alertado, eu não teria feito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por exemplo, o pessoal da Comissão de Licitação, que era a sua vizinha aqui, o Departamento de Suprimentos e Licitações, o Desup, ninguém lá falou para o senhor “você não pode fazer isso, isso é ilegal”? Nunca ninguém falou?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Tinha um parecer do jurídico.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor tinha?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não me alertaram. Se tivessem me alertado, eu não teria feito, com toda a certeza.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o parecer do jurídico, contrário?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O parecer jurídico sim. Quando veio o parecer jurídico informando que era para se fazer licitação, e não chamada pública, chamei a equipe técnica e perguntei: “Olha, eles estão falando para fazer licitação, nós vamos conseguir contratar?”

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o parecer jurídico... A informação que nós temos é que o parecer jurídico foi antes da chamada, Sr. Rodrigo. O senhor não teve acesso a esse parecer jurídico dizendo a esse respeito?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Tive sim. É isso que estou explicando, deputada. Com o parecer... Foi quando nós sentamos com a coordenadora, com a diretora técnica, eu e a Dione. Eu falei: “Como é que nós vamos fazer? Se nós formos fazer a licitação, nós não vamos contratar da agricultura familiar. Que procedimento nós devemos tomar? Andamos ou paramos? O que fazemos?”

Junto com a coordenadora, a diretora do Desup e a técnica responsável. A coordenadora falou: “Vamos tocar para ver se passa.”

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas é um absurdo isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em sua presença, a chefe do Desup, certo?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Isso. Diretora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Como é que chamava?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Desup. Departamento de Suprimentos e Licitações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Como é que chamava a chefe?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foram duas. A Lilian Rodrigues e a Marilena. Quase convicção que era Marilena.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ou a Marilena ou quem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A Lilian Rodrigues.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aline?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Lilian.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E a coordenadora era a Ana Leonor nessa época?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ana Leonor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E como chama a moça que o auxiliou?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A Dione.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A Dione Di Pietro?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Dione Di Pietro foi a coordenadora que substituiu a Ana Leonor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então foi a Pavan que lhe assessorou?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A nutricionista.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então vocês resolveram que era melhor tentar ver se passa? Vocês quatro, é isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A coordenadora decidiu. Nós estávamos em reunião. A decisão é sempre do coordenador.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E a coordenadora era a Ana Leonor?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas quem assinou foi o senhor?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Uma coisa está ficando cada vez mais clara. Todo o processo dentro da secretaria era dentro do DAAA. Por que era no DAAA? É o senhor que era diretor do DAAA, que passa por cima da outra diretora, que passa por cima da sua coordenadora, que tem sua funcionária fazendo parecer jurídico contrário à consultoria que abre o processo.

A nova coordenadora que entra, a Sra. Dione Di Pietro, não dá continuidade à chamada pública de 2013 aberta pelo senhor, que contratou por preço maior. Era R\$ 1,52 o preço de referência, vocês contratam por R\$ 1,56, a mais do que aquilo publicado no edital. O edital está aqui, dizendo que é R\$ 1,52.

Ela só não assinou, deu sequência a esse contrato, apesar de não ter o parecer jurídico pedindo para ser cancelado, porque a Maria Helena a avisa. Inclusive, está em seu depoimento à Corregedoria isso.

Só que depois é aberta nova chamada. Aliás, no depoimento do senhor, o senhor ajuda a esclarecer outros depoimentos aqui, de pessoas que diziam que o processo só não foi para frente... Porque o primeiro processo, de 2013... Era o Misiara? O senhor fala que conhecia o Sr. Misiara.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Conheci agora em 2015.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor fala que o Emerson ligava para o senhor.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ligava no departamento insistentemente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Emerson e mais uma pessoa ligavam para o senhor, que é o Luciano, que é o Carlinhos. Por isso que o Carlinhos era o conhecido do Cleiton Gentili. Não é só por telefone. O senhor mesmo diz em seu depoimento à Corregedoria. Eu gostaria que confirmasse a informação ou não. É verdadeira?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Realmente, o Sr. Emerson ligava para ter informações a respeito da chamada pública. Ligou no centro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Luciano também ligou?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O Luciano ligou também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E você sabe quem é o Sr. Emerson?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Hoje eu sei pelo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É o sobrinho do Misiara.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Isso eu não sabia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E os que falaram da Coaf disseram o seguinte, que o contrato de 2003... O padrinho era o Sr. Misiara. Aí não foi para frente. Quando entra o Marcel utilizando o nome político, e o senhor fala... O Sr. Jeter ligava lá?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Nem o conheço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em breve eu volto a essa questão. O senhor... Quando a Dione Di Pietro depois dá sequência. Até agora não está claro por que o ato dela, mas ela deu e é vista lá pelo Emerson lá em Bebedouro.

O departamento depois que dá sequência. Por isso que o pedido de reequilíbrio vai para lá. É no Cenut. Não é no outro. Porque ali estava a montagem...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem davam os pareceres eram eles.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dentro da secretaria. Davam o parecer sem poder, porque agiam para poder beneficiar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sem poder.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Junto e misturado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Rodrigo Pimenta, eu não tenho dúvida, agora está claro que ali era o setor que atuava. Agora, nos fale mais. A pedido de quem, por favor?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para emendar. Afinal de contas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É a última...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas eu dei aparte para todo mundo aqui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, é uma prerrogativa da senhora, mas faça a última pergunta, para encerrar, por favor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor concorda que isso é uma fraude que vocês cometeram ao processo licitatório? É uma fraude ao processo licitatório.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputada, respondendo diretamente à senhora, esse é um ato irregular. Não deveria ter feito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, é fraude. Desculpe-me. A fraude não mudou de nome, por enquanto. Fraude é fraude. Isso é fraude. É um processo irregular. O senhor me perdoe. Não é porque... Vocês fizeram um conluio e retiraram...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu não faço parte desse esquema. Não compactuo e não estou junto com eles.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Retiraram de outro departamento...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Em hipótese alguma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Retiraram de outro departamento...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Com todo o respeito, deputada. Eu não faço parte.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não. Os senhores retiraram de um outro departamento funções que eram originalmente deles e passaram a... Isso que o deputado Alencar coloca é muito claro. Quer dizer, por isso que esse tal documento, que estamos procurando por ele até agora, nós não conseguimos encontrar.

Onde foi parar esse documento para rever o pedido reequilíbrio da licitação da Coaf. Quer dizer, e foi lá. Foi lá, porque a Sra. Dione confirmou aqui para nós na semana passada que o documento estava na mesa dela e sumiu da mesa dela.

Quer dizer, por que vai para um departamento que originalmente não tem competência para cuidar desse assunto, mas na verdade é quem está cuidando.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo deputado inscrito...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, ele não respondeu.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputada, sobre as ações após a minha saída, eu não tenho como responder. Não vou falar sobre isso, porque eu não estava lá e não respondo mais por essas situações. Sobre o período que eu estava... Especificamente de 2013... Eu cometi um ato irregular, constatado, porque era uma atribuição de outro departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem te nomeou diretor?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Foi o secretário.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que secretário?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Herman.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, a palavra está com o João Paulo Rillo. Por favor. Porque senão nós não terminamos aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele já respondeu, deputado. Secretário Herman.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Rodrigo. Eu perguntei para o senhor. O senhor disse que saiu do governo em 2015.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Janeiro de 2015.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Pode confirmar que este RG é o seu, 2247135-0?

O SR. RODRIGO PIMENTA - É meu.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - É seu? Sabe que tem um negócio estranho no “Diário Oficial” aqui. A sua exoneração da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência em primeiro de fevereiro de 2016.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito, e eu falei isso, deputado.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mas você não saiu do governo em 2015?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Da Secretaria da Educação saí em janeiro de 2015 e entrei em maio, salvo engano, cinco de maio de... Desculpe, um lapso. A publicação da minha entrada no governo, na Secretaria dos Direito da Pessoa com Deficiência, foi, se eu não me engano, cinco de maio de 2015, e fiquei até fevereiro de 2016, até primeiro de fevereiro, se eu não me engano.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Cedido pela fundação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Cargo comissionado. Não fui cedido. A fundação finalizou o processo em 2012.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Só uma curiosidade. Você pediu a demissão da fundação para o Antonio Denardi.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. O senhor confundiu. O Antonio Denardi era chefe de gabinete da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - É o mesmo que coordenou a Fundac aqui na Assembleia Legislativa? Homônimo.

Me resta ainda muito tempo. Eu queria passar para o deputado Alencar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria perguntar qual era o seu salário quando o senhor trabalhava na Secretaria da Educação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O último salário foi de R\$ 6.400.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E depois, na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência?

O SR. RODRIGO PIMENTA - R\$ 4.200.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor foi ganhando menos para lá então.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Rodrigo, eu diria o seguinte. O senhor está em maus lençóis. Tem muito mais gente. Mais poderosos que o senhor estão em maus lençóis, mas o senhor também está.

Concluindo aquele meu raciocínio. Era por isso que o DAAA e o Cenut eram os órgãos que todo mundo procurava. Era a Dione. “Vamos lá na Dione da 13 de maio”. Era lá que estava. Era aquele setor.

A Maria Helena - o senhor disse que não lembrava se era ela - dá o depoimento dela aqui... De fato é colega de trabalho do senhor.

O senhor lembra da... Como era a formatação do preço?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O meu departamento não participava da formatação do preço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas você assina o edital, poxa.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, o senhor tem razão. Eu fiz um ato irregular, sinceramente, mas nós não participávamos desse...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Alguma vez o senhor procurou a Sra. Maria Helena para falar sobre o contrato das Coaf?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tratar o que com ela?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Para falar especificamente que o contrato não estava sendo assinado. Não tinha sido assinado e nós queríamos saber se ia assinar ou não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por quê?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Porque os representantes da Coaf estavam ligando querendo saber se seria assinado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais representantes ligavam?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que eu tenha conversado, Emerson e Luciano.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela diz aqui que, com relação à não formalização do contrato com a Coaf, foi “questionada algumas vezes pelo diretor do DAAA, Rodrigo Pimenta, sobre os motivos da não celebração”.

Srs. Deputados, nós temos muito o que continuar, inclusive chamando a Maria Helena e inclusive chamando o Herman, que aqui o indica.

“Tendo em vista que representantes da Coaf estavam pressionando para a Secretaria de Estado da Educação assinar o contrato, porque já havia adquirido a laranja”.

Essa é a história também dos vendedores da Coaf, que bate.

Acrescenta Maria Helena, até onde se recorda, que também foi procurada algumas vezes por telefone pelo Sr. Jeter Rodrigues Pereira, que se identificava como sendo do gabinete do deputado Fernando Capez.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nunca falei com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Calma, eu não perguntei ainda não sobre isso. Não sei qual é a pressa da resposta. Calma. Eu estou só lendo, a pergunta é depois.

“Sendo que uma dessas ligações pedia para que enviasse, através de seu email, quando a secretaria formalizasse o contrato, na ocasião fornecendo o seu endereço de email”.

Depois ela continua, só estou dizendo que ela confirma sua pressão, ela confirma também o que o senhor falou agora, que o representante estava te ligando e disse também, confirmando o depoimento de representantes da Coaf, de que o Sr. Jeter é quem ligava na secretaria buscando informação.

E o Sr. Jeter, que pareceu um inocente quando veio aqui, sabia que a competência não era sua, mas o senhor não. Ele liga no departamento correto, como o senhor mesmo disse. Aliás, todo mundo disse. Aliás, o organograma da secretaria diz. Ele ligou no correto. Procurou a pessoa correta, mas no dia a dia ali a Coaf é que procurava outro setor. Então também houve a participação de todas as pontas, deputado Barros.

O link está se fechando. Precisamos aprofundar para se chegar a uma conclusão efetiva. Hoje eu falei para o senhor que ia tirar leite de pedra, então ela afirma também que a decisão de não formalizar o contrato não foi respaldada por parecer jurídico, mas por decisão da coordenação da Cise, sua coordenadora.

Ela disse para o senhor fazer todo o procedimento? Para dar o andamento? Foi a sua coordenadora?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, V. Exa. está me perguntando agora?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora estou perguntando.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Pois não.

Quem disse para não assinar foi a coordenadora Dione. A Dione, junto com a Marilena, falou “não vamos assinar”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a anterior? Pede para continuar mesmo contrariando o parecer jurídico?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Pede para continuar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A anterior, só lembrando o nome...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ana Leonor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então ela pede para continuar, depois a outra, orientada pela Maria Helena, pede para cancelar.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor achou dessa orientação para cancelar?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, eu não estou aqui para achar. Sou funcionário e sigo ordens.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sua opinião sobre isso que aconteceu lá dentro. Quando ela disse para não assinar ninguém chamou sua atenção, ninguém conversou já que o senhor é quem abriu o processo?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não chamaram a minha atenção e ela falou: “Não vamos assinar”. Respondi: “Ok, não vamos assinar, vamos dar continuidade. É

para continuar com o processo ou é para parar?” “Não, vamos continuar.” “Vamos fazer outra então.” “Ok”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E ela também fala que não sabe os motivos pelos quais não houve a justificativa quanto à elaboração do preço referencial somente com duas propostas obtidas.

Deputado Estevam, esse é o contrato do “algo estranho”. Só precisamos descobrir quem é o “senhor estranho” aí, que manda em toda essa estranheza desse contrato.

Agora vamos à competência do seu departamento. O senhor tinha competência em analisar os laudos que chegavam?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para concluir, deputado, porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tá. O departamento que o senhor...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Departamento tinha. O Centro de Serviço de Nutrição fazia essa análise.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Analisava todos os laudos que chegavam?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O laudo bromatológico, o que vocês concluíram dele?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Qual laudo, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O da Coaf. O laudo bromatológico.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ok. De que ano?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De 2014. O senhor estava ainda.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Estava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor saiu em janeiro de 2015.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olhe, eu vi a informação, se não me engano na “Folha de S. Paulo” ou no “O Estado de S. Paulo”, de que esse laudo era falso. Nesse caso nós fomos enganados, porque a empresa enganou o departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas vocês não analisaram?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, analisar é você verificar um documento, se ele tem as informações necessárias, é assinado, tem papel timbrado, tem todas as informações, nesse caso fomos vítimas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tinha outros laudos que passavam em outros processos na sua mão por acaso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nenhum laudo passava pela minha mão, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pelo departamento lá, o senhor era o diretor.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Certo, mas tem a área técnica que fazia essa análise. Não passava pela minha mão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque assim, vendo os processos aqui eu já sei quais são da Corregedoria, quais são da Polícia Civil só de ver a página.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, para concluir, porque já passou bastante tempo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui eu já sei que é da Corregedoria só de ver o jeito. Naquele o senhor não percebeu a diferença?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu não analiso laudo, deputado. Não fazia parte das minhas atribuições.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Seu departamento, então, passou... Porque tudo de estranho aconteceu lá.

Agora, tem outra pessoa, porque o Sr. Padula é quem recebe a ligação do Moita sobre o reequilíbrio, é quem orienta. Na gravação de telefone dizem que vão falar com ele, o senhor é nomeado diretor quando ele era chefe de gabinete, um chefe de gabinete com longa permanência, quando o Herman também está lá, e ele não deu nenhuma ordem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não falou nada? Nenhuma orientação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu repasso meu tempo para o deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então pode continuar, deputado. Por mais cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Senhor Rodrigo, eu estou triste. Pelo que o senhor está respondendo, naquilo da Secretaria da Educação, está ficando para o senhor.

Foi uma fraude que envolveu um milhão e trezentos mil reais. Foi uma fraude com diversos documentos e laudos falsos, procedimentos totalmente equivocados. O senhor tem noção?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Com a permissão do...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu estou perguntando isso tentando também te ajudar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor está fazendo aqui o papel do Marcos Valério.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Posso responder?

Primeiro, não faço parte, quero deixar bem claro, de nenhuma organização. Eu não conhecia esses senhores, eu não trabalhava com eles, eu trabalhava para o governo, e, se eu cometi algum ato irregular, por favor, investiguem e apurem, mas eu não fazia parte de nenhum esquema. De nada. Quero deixar isso claro. Por favor.

Eu construí minha carreira dentro da Administração pública e, infelizmente, teve essa fatalidade. Porque para mim esse tipo de situação é uma fatalidade, pelo menos comigo não acontecia, não foi comigo e não teve a minha participação.

Deputado, com todo o respeito, eu não faço parte de organização criminosa nenhuma, nem conheço essas pessoas e não compactuo com coisas irregulares e atividades desonestas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conhece o Sr. Joaquim?
(Vozes fora do microfone.)

Então, enquanto o senhor vai pensando se o conhece, o que o senhor pode falar do contrato 001 da Cise, de 2014. Vou ler para esclarecer melhor.

“(...) que contratou uma empresa de prestação de serviço de apoio operacional, armazenagem e distribuição física de produtos alimentícios não perecíveis destinados à execução do programa de alimentação escolar nas escolas do estado de São Paulo”.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Se não me engano, deputado, esse é um contrato que foi feito em janeiro de 2014 para o Centro de Distribuição de Alimentação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok. O que o senhor sabe desse contrato?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Esse contrato foi assinado em janeiro, salvo engano, de 2014, porque tivemos um problema de continuidade com o prestador de serviço anterior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que problema teve com o prestador anterior?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu acho que ele não tinha documentação para renovar o contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Passou alguma coisa pelo seu departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - De forma alguma. Não passou. Disso eu tenho certeza. Documento relacionado à assinatura do contrato, desse especificamente, é competência da coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sabe dizer por que teve dispensa de licitação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Acho que pelo tempo que a empresa saiu e pela necessidade da distribuição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele foi julgado irregular pelo Tribunal de Contas. O senhor sabe?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Não tinha conhecimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque depois houve uma nova dispensa de licitação também desse contrato. O senhor sabe dizer?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Isso foi seguindo as orientações...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quantas vezes teve dispensa de licitação? Esse contrato foi renovado.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Salvo engano, deputado, a dispensa de licitação é válida por 180 dias. À época foi feita uma consulta à área jurídica sobre qual procedimento, se abriria uma nova ou de que forma nós trabalharíamos.

A coordenadora, junto com a consultoria jurídica, fez os encaminhamentos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque, olha só, não foi... Seis meses, e não foi aberto o processo de licitação e contratado de novo. A empresa Farma Logística e Armazéns Gerais, e o tribunal disse isso claramente no apontamento.

O senhor pode dizer algo mais?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O que V. Exa. deseja saber especificamente?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor sabe sobre esse contrato.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu sei que ele foi assinado para fazer a distribuição, foi aberta, se não me engano, uma chamada pública. Não, não é chamada pública, chamada pública é... Acho que foi um chamamento público, algo para fazer esclarecimentos acerca da nova contratação. Se eu não me engano, porque isso é uma questão muito técnica, foram feitas contestações nos editais e este foi o motivo para não se ter conseguido fazer a licitação no tempo hábil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conhece o Sr. Joaquim Geraldo Pereira da Silva?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. De momento, agora, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor, além do departamento nutricional que dava a demanda de toda a alimentação escolar, conversava com os representantes das empresas sobre os produtos e a qualidade. Isso é normal. Em tese isso não é crime. O Estado é um comprador e também conversa com seus fornecedores, não podemos achar que isso é crime.

O senhor conversava com as pessoas que forneciam pão?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, o departamento conversava por meio do Centro de Serviços de Nutrição com os fornecedores acerca de especificações técnicas e de detalhamento de produtos. Isso eu tenho certeza.

Veza por outra a área técnica me chamava para acompanhar o de alguma reunião específica.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor costumava atender, pelo departamento, representantes das empresas? Sobre algum problema técnico, contrato de qualidade...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Sobre problema técnico de contrato de qualidade não. O que acontecia é que, quando existia algum problema pontual, que a área técnica não conseguia solucionar, ela me acionava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conhece a Re-Ali Pães? Panificadora?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor lembra quem fornecia pães para a Secretaria da Educação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A BRF fornecia pães para a Secretaria da Educação, que eu me lembre.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todo tipo de pão?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. Algum tipo específico.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - São vários tipos, vocês compram por tipos. É bisnaguinha, pão de forma...

O SR. RODRIGO PIMENTA - É, são vários tipos. Eu lembro que a BRF fornecia, agora quais modelos, quais tipos eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso em que ano?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O pão especificamente, acho que conseguimos fazer a licitação, salvo engano, em 2014.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, em 2015 eu sei que teve. Quem é Eduardo Araújo de Lima?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eduardo Araújo de Lima é funcionário do Desup.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Outro departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Outro departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Senhor Rodrigo, o Sr. Yuri?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Também é funcionário do Desup.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Trabalhava com o senhor na mesma época?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Trabalhávamos na secretaria, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não no mesmo departamento, mas em outro.

Sr. Rodrigo, mais uma vez, essa é uma questão que estou tentando esclarecer, pode ser que o senhor tenha informações mais...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Desculpe interromper, deputado, mas eu gostaria de dizer que está vencendo o prazo para inscrições para fazer perguntas ao depoente.

Então, se alguém quiser fazê-lo, que o faça nos próximos dois minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Rodrigo, eu diria que, ou passou muita coisa por baixo do senhor, o que acho improvável. O senhor está lá há tanto tempo, como estagiário, veio progredindo e sabe muita coisa a mais do que falou. Porque os documentos e outras declarações dizem o inverso.

O senhor teve certo poder. O senhor foi diretor. É o departamento que deveria dizer quais produtos tem demanda para a alimentação escolar, mas o senhor acaba assinando alguns processos como esse, que eu mostrei aqui, publicados em “Diário”, contrariando o jurídico. Então acho que o senhor pode nos ajudar mais.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, posso responder? É uma pergunta ou um comentário?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Tudo que eu sei, eu estou colocando na mesa. Sinceramente. Não conheço essas pessoas, não faço parte, não tinha conhecimento dessas questões até a mídia anunciar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero que o senhor fale quem lá, internamente, mandava o senhor fazer essas coisas.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que coisas?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ué, assinar o contrato, ter a chamada pública de forma irregular...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, sinceramente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi na chamada que o senhor abriu que o preço de referência é 1,52 e o preço vencedor é 1,56. Maior do que aquele que foi publicado no edital.

O SR. RODRIGO PIMENTA - O senhor está falando da chamada de 2013, que não foi assinada?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela mesma.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não foi assinada, então não houve contratação, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desculpe. Não foi assinada por algo de percurso, porque ia ser assinada.

Aliás, o senhor indagou inclusive a outra diretora porquê não assinava. O senhor mesmo falou há pouco. Foi publicado o vencedor. Foi por um triz, por um detalhe. Um detalhe estranho também, porque até agora não há uma justificativa formal. Encerrou-se sem uma formalidade, mas que teve o preço vencedor maior.

Será que o senhor saiu porque não deu certo a triangulação que envolvia o Misiara?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, deputado, eu saí por vontade própria.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Depoente, é o seguinte, conhecemos bem como funciona a Administração, os cargos comissionados, os cargos de direção, afinal de contas, no meu caso, eu nem posso ignorar isso. Estou no quinto mandato, já fui secretário de Estado, líder de Governo, presidente da Assembleia, três vezes prefeito... Se eu for falar tudo que eu já fui vai uma hora e meia. Pelo amor de Deus. (Vozes fora do microfone.)

Deixem-me abreviar. Desconte o tempo, preciso de oito, doze minutos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Presidente, não pode descontar o tempo, tudo que ele fala aqui tem que ser cronometrado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso.

Mas, brincadeiras à parte, o senhor entrou... Porque é totalmente estranho. Para conseguir ser contratado pela Fundação da Faculdade de Medicina da USP. (Vozes fora do microfone.)

Só pode ser. Eu não tenho dúvida de que é.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Ele nunca leu o holerite? No holerite vem escrito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele sabe que é da USP, lógico que sabe. O senhor sabe que é da USP, não sabe? É da USP.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Acredito que seja, deputado. Da USP.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor acredita ou o senhor sabe?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, sinceramente, eu acredito no que V. Exa. está me dizendo. Eu não sabia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É um artista mesmo. Beleza.

Mas quem o levou em 2002 para a secretaria, para a Faculdade de Medicina? Ninguém é contratado pela Faculdade de Medicina e colocado para trabalhar na Secretaria da Educação.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Corretamente. Eu tinha uma chefe que se chamava Ivana Catalano.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De onde?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Do Cerimonial da Secretaria da Educação. Ela gostava do meu serviço como estagiário, meu contrato estava para vencer e ela pediu a minha contratação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aí o senhor foi contratado pela fundação e lá ficou exercendo o cargo até entrar no gabinete. O senhor foi assessor de gabinete.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu fui assessor de gabinete de 2014 a 2015.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só um minutinho, 2014 e 2015.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Desculpe-me, 2004 a 2005. Perdão. De 2005 a 2009, aproximadamente, assessor parlamentar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De 2005 a 2009.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Perfeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Assessor parlamentar. Seu relacionamento direto era com quem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Na assessoria parlamentar?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Com a coordenadora, que era a Carmen. E a assessoria parlamentar estava vinculada ao gabinete do secretário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Gabinete do secretário. Que era chefiado por quem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - A Carmen Vitória.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ela era chefe de gabinete?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não. O chefe de gabinete no período de 2005 não era o Fernando Padula.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele perguntou quem era, não quem não era.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu estou tentando lembrar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Está livrando a barra do Fernando Padula. Está claro. (Vozes fora do microfone.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não adianta vocês perguntarem por que não foi o Padula. Entendi. O senhor não se lembra? Lembra.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Só um instante, acho que era o Evandro. Só não me lembro do sobrenome dele. Evandro. Foi à época da secretária Maria Lúcia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Evandro Losacco?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não é esse.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não. E depois o senhor foi de 2009 em diante?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Fui assessor técnico da chefia de gabinete.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E quem era o chefe de gabinete?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Fernando Padula.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Fernando Padula.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ligou. Deu liga.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor, politicamente, é ligado a que deputado estadual ou federal?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nenhum.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nenhum? Então o senhor é uma raridade.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Muito obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor ocupa um cargo em comissão no Estado durante tanto tempo sem ser vinculado a ninguém.

Aliás, vou indicar seu nome para receber uma medalha, porque o senhor é o único no Brasil. Parabéns.

E o senhor mora onde?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Em Guarulhos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em que lugar de Guarulhos? Não é no Jardim Pimenta?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, é na Vila Endres.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Bairro dos Pimentas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vila onde?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Vila Endres.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vila dos ingleses?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Endres.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ah, Endres, pois não.

E o senhor foi trabalhar na Secretaria das Pessoas com Deficiência Física por relacionamento com quem?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu mandei meu currículo para vários amigos por ter saído. Um deles, que é o Cláudio, recebeu esse currículo, era o Cláudio Tucci, à época secretário na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Estava assumindo, me chamou para uma entrevista e eu fui trabalhar lá.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor acompanhou todo esse affair pela imprensa?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Acompanhei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Hoje, qual é o seu entendimento? Não é o que o senhor acha. O senhor é um homem inteligente, que sabe responder, que conhece suas funções, sem a menor sombra de dúvidas.

Portanto, não estou perguntando sua opinião. Aconteceu o quê? Porque, evidentemente, isso tudo foi engendrado. Nada aconteceu por acaso. De repente isso aconteceu em um contrato que gerou propina, que deu “papapapa”.

É tudo aquilo que nós sabemos. Então, eu queria que o senhor explicasse o que aconteceu. Hoje. O senhor estava lá e tinha certas restrições, mas hoje o senhor já se abriu, já esclareceu várias coisas. Hoje, como o senhor vê essa situação? Da mesma forma que nós vemos? Quero que o senhor abra o coração e fale como está vendo esta situação hoje.

O senhor está se sentindo traído? O senhor acha que não fez nada demais, que um milhão e trezentos a mais ou a menos não fazem mal para o Estado? Ou senhor é um cidadão honesto e correto, foi um bom servidor, não tem mancha nenhuma, enfim... Eu queria que o senhor explicasse para nós o que aconteceu.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, durante toda a minha trajetória no Governo do Estado de São Paulo, sempre me pautei por trabalhar da melhor maneira possível. Estou totalmente incomodado e até revoltado com o que aconteceu, pois quem rouba dinheiro da merenda ou da Saúde... São coisas muito sérias, áreas que precisam.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Em todas as áreas seria um problema...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Em todas as áreas, mas, como eu trabalhei, tenho um carinho muito grande por essas áreas. Roubo é roubo e não se questiona, deputada. A senhora está correta. Mas, quando temos afinidade com o tema, nós nos sensibilizamos mais e ficamos mais incomodados. Eu realmente estou muito incomodado com toda essa situação, com tudo o que aconteceu.

Essa situação, sinceramente, quando veio à tona, eu fiquei extremamente nervoso. Como é que uma coisa acontece, desse vulto, desse tamanho, sem que tenhamos conhecimento? Como é que uma coisa desse montante acontece? Porque eu pautei todo o meu trabalho de forma correta, procurei agir... Ninguém é perfeito, Sr. Deputado, ninguém é perfeito. Eu também não tenho a pretensão de sê-lo, mas trabalho para agir da forma correta, honesta e íntegra, como eu sou e como pretendo ser sempre.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor tem consciência de que o senhor é operador desse sistema. O senhor fala que não, que não conhece ninguém...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sr. Deputado, sinto muito, não sou operador de nada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quando o senhor ia cobrar: “Por que é que não assina? Por que é que não assina?”... Essa não é a sua função.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Concordo. O senhor tem razão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não havia outra razão, a não ser porque o senhor tinha interesse. Não há como o senhor explicar isso para absolutamente ninguém, para nenhum juiz do mundo, nenhum promotor do mundo, nenhum delegado

do mundo... Nem uma criança o senhor vai enganar. É bonito falar que roubar de criança, roubar merenda... Mas o que houve aqui é roubo de criança, é roubo de comida de criança, é roubo de suco de criança!

Então, é preciso que o senhor tenha coerência entre aquilo que o senhor fala e a maneira como age. O senhor foi lá cobrar. Cobrar o quê? Explique para mim. O senhor tinha a ver com isso? Sua função não tinha nada a ver com isso. Seu papel foi assinar e o que mais? E endossar o que se estava fazendo. Eu pergunto objetivamente: o senhor ia cobrar por quê? Quem pedia para o senhor cobrar?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sr. Deputado, o que acontecia é que havia ligações insistentes por parte do Sr. Luciano e do Sr. Emerson no departamento, para saber a respeito da assinatura.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Luciano é o Carlos Luciano? Não é o Carlinhos?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Carlos Luciano...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Luciano é o Carlinhos?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não sei, eu só o conheci como Luciano.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Carlinhos foi o outro que mencionou...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estão vendo que o outro tinha intimidade, não é? Um era Carlos Luciano, o outro é Carlinhos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Estão vendo? Vejam como era chamado o Carlos Luciano.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Carlos Luciano Lopes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não era Carlinhos. O Luciano ligava insistentemente?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ao Centro de Nutrição, para saber a respeito da assinatura. Certa vez em que ele fez isso, eu entrei em contato com a diretora do Departamento de Suprimentos e Licitações para saber se iríamos assinar ou não. Ela falou: “Eu não vejo viabilidade para assinar.” Eu falei: “Ok, como vamos proceder nesse caso?” Ela falou: “Vou conversar com a coordenadora para não assinar e nós abrimos um novo processo.”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sabe por que ela não assinou, deputado Barros Munhoz? Vossa Excelência me permite um aparte? Ela não tinha como assinar um processo que ela não abriu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sim. Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Te orientaram a abrir, mas não te orientaram a fechar o processo. É o senhor que abre, é o senhor que publica o edital no “Diário Oficial”. Como ela iria finalizar? Quem abre o edital é quem fecha o edital.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Apenas uma questão: se o seu departamento não era o responsável pelo contrato, por que as pessoas - o Carlos Luciano e as demais pessoas da Coaf - ligavam sempre no seu departamento?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Era por causa da Dione? Eles eram ligados à Dione?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - O departamento não cuidava de contratos. Por que não ligavam para o departamento correto, mas sim para o seu departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, o departamento recebe amostras e faz análises e testes.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Mas e o contrato?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não faz.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Então por que ligavam para lá, para cobrar o contrato de vocês?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por amizade?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, não temos amizade com ninguém. Eu não tenho amizade com ninguém.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - O senhor não tem noção de por que ligavam exatamente ao seu departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem ligava insistentemente era o Luciano... O Carlos Luciano, vulgo Carlinhos. E quem mais?

O SR. RODRIGO PIMENTA - E o Emerson.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Emerson Girardi.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Que é parente do Misiara.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É sobrinho do Misiara.

Concedo um aparte ao deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ligavam para o departamento dele, que era o departamento que estava fazendo na prática, mas, segundo a diretora Marilena, era o Jeter que ligava para ela, no organograma correto. Ele não tinha essa informação de que talvez fosse ali. Ela fala isso em depoimento, Sr. Presidente. Está registrado. Temos que ouvi-la. Assim como o deputado Barros falou, tem-se que chegar a uma conclusão final.

O que se revelou aqui hoje também é a razão pela não explicação, pelo não despacho jurídico, pelo cancelamento da chamada pública de 2013. Essa conversa de que era PPais, de que era não sei o quê, isso é história para boi dormir, pois, se fosse essa a realidade, por que não estaria no papel? Por que não está publicado no “Diário Oficial”, deputado Barros Munhoz? Vossa Excelência foi prefeito, o deputado Estevam também. O processo tem que se formalizar, tem que ser publicado. Tem que ser dada a publicidade dizendo que está cancelado e a razão. Sabe por que isso não foi feito? Porque se tentou esconder outra grande irregularidade, que era a abertura do edital, que foi do setor errado, de um setor que não tinha competência, que não tinha atribuição legal.

Desculpe, Sr. Rodrigo, mas isso não foi decidido somente pelo senhor. Houve mais pessoas que decidiram, mais pessoas que determinaram. E determinaram, tanto que é a coordenadora que não fecha o processo. Ela também não fala a razão, não dá o despacho. Então, ela também sabia que havia irregularidade clara, mas não se manifesta, para não deixar digital.

Mas houve mando, houve orientação, houve determinação, houve pressão e não foi só dos membros que te ligavam para falar sobre isso. Houve pressão interna ou, eventualmente, pressão externa sobre o senhor. Sobre a Maria Helena, nós sabemos que houve outras pressões externas. Ela mesma admite e admite à Corregedoria. Seria bom se ela viesse aqui, para sabermos o que ela admitiria para nós. Mas houve outras pressões. Sr. Rodrigo, por favor, nos ajude.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Estou ajudando com todas as informações que tenho, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Apenas para finalizar: o senhor disse que quem o designou foi o secretário Herman. Para qual função?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Para o cargo de diretor. A publicação, salvo engano, sai em nome do secretário ou em nome do governador.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então não foi o secretário nem o governador quem o indicou. Ele assinou o ato, como tem que assinar. Quem o indicou?

O SR. RODRIGO PIMENTA - No processo de reestruturação, fui trabalhar como assessor técnico da Cise. O atual diretor, o diretor que estava lá, o Sr. Paulo, saiu e a coordenadora Ana Leonor me chamou para assumir o departamento.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor tinha um cargo de confiança do Fernando Padula?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim, trabalhei na assistência técnica da chefia de gabinete.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor respondia diretamente ao Fernando Padula?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Nesse período, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor Fernando Padula era uma pessoa de poder dentro da secretaria?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Todos os chefes de gabinete o são, em meu entendimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No organograma da secretaria, há o secretário, o chefe de gabinete vinculado a ele, as coordenadorias - no caso, a Cise -, e depois os diretores. Correto?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor é o terceiro cargo na hierarquia, naquilo que é afeto à sua área; no caso, o DAAA, que cuida também do transporte escolar, que tem contratos enormes...

A SRA. MARCIA LIA - PT - E tem uma pessoa que se suicidou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pois é, tem contratos enormes. Cuida da alimentação escolar. O senhor é o terceiro, não é um cargo qualquer. Não é simplesmente a coordenadora quem o indica, tem que passar pelo aval de mais alguém. Ela indicou, mas quem mais deu o aval para o senhor assumir o departamento?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Acredito que ela tenha conversado com o secretário.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E com o chefe de gabinete?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Muito provavelmente. Imagino que ela tenha feito essa articulação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sabe em relação aos outros diretores também, se era praxe passar essa indicação pelo secretário e pelo chefe de gabinete?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Todas as vezes, até onde tenho conhecimento, em que um coordenador quer nomear um diretor, ele conversa com o superior, com o secretário, com o secretário-adjunto e o chefe de gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está saindo mais coisas...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Passo a palavra ao deputado Alencar Santana Braga, que é membro. Se sobrar um tempinho, faço minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Vossa Excelência tem mais cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tomou conhecimento do pedido de reequilíbrio financeiro?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Pela imprensa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Só.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Alguma vez, nos contratos que o senhor acompanhou, na parte técnica ou naquilo que foi... Do transporte escolar, por exemplo, que era um contrato-fim que era feito por vocês. O senhor lembra de algum contrato que foi aditado? Houve algum reequilíbrio financeiro?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, só para fazer um esclarecimento: o convênio do transporte escolar era com as prefeituras, que eu cuidava diretamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não era direto do Estado?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, direto do Estado passou a ser incorporado... Era feito na FDE, não estava sob a nossa gestão, pelo menos na minha época.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, mas o senhor se lembra de algum contrato, de algum pedido de reequilíbrio aditivo que tenha passado? Ou que o senhor tenha analisado?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não o caso da Coaf. Qualquer outro.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Olha, neste momento, não me recordo de nenhum.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Talvez o senhor não tenha visto porque não era atribuição do seu departamento analisar isso.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Pedido de reequilíbrio, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que estranho. Nesse contrato, justo o da Coaf... O senhor não estava, o senhor não é mais diretor. Mas justo o da Coaf foi para lá. O senhor mesmo afirmou e tem razão. Seu departamento não analisa pedido de reequilíbrio financeiro, mas o da Coaf foi para lá.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para quem a Dione diz que levou?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ficou na mesa da Dione Pavan...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas ela disse que levou para alguém, que discutiu com alguém.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com o Cleiton Gentili.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Com o Cleiton...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Cleiton Gentili liga para o Carlinhos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Que não é atribuição deles.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é atribuição deles. O Carlinhos avisa o César. O César liga para o Marcel. O Marcel liga para alguém e o documento... Sumiu, desapareceu, evaporou-se.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pode-se concluir que ali era uma filial da Coaf aqui em São Paulo. Era uma filial da Coaf em São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor está entendendo que havia mais coisas irregulares ali embaixo, nesse departamento? Nessa época o senhor não estava lá, mas tem um problema que começa com o senhor e é gravíssimo. É uma formalidade, está publicado. O senhor não pode nem tentar... Ainda bem que o senhor falou aqui e admitiu, mas não tem nem como falar outra história. Está no “Diário Oficial”. Não é um entendimento entre “sim” ou “não”. É um dado concreto. Então, muitas coisas aconteceram.

O senhor acaba de reafirmar que não passa nada... O senhor consegue, de acordo com a informação que o senhor tem hoje, explicar por que, eventualmente, esse documento foi para aquele departamento, para o setor em que o senhor era...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, eu não estava mais lá. Não tenho como...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem, da secretaria, falava com os membros da Coaf?

O SR. RODRIGO PIMENTA - O Centro de Serviço de Nutrição recebia várias propostas, vários fornecedores, vários documentos para serem analisados.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Do DAAA?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Do DAAA.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Do DAAA, onde trabalhava a Dione Pavan.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Isso, do DAAA, cuja diretora é a Vanessa, mas ela não era a única funcionária que recebia esses documentos. Tinha um centro que era orientado para fazer isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem falava, quem atendia, quem conversava, quem dialogava com o pessoal?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Dependia do momento e da disponibilidade da pessoa que estava lá. Não havia uma pessoa específica.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor mesmo recebia telefonemas do Emerson e do Luciano.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu recebi ligações de cobranças.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem mais, além do senhor, conversou com alguém da cooperativa?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Acredito que a diretora do Centro de Serviços de Nutrição, a Vanessa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela está abaixo do senhor.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Exato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Alguém mais?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E com o Sr. Gentili? O senhor tinha contato com ele?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Conheci o Gentili nas reuniões com a Secretaria de Agricultura para falar sobre PPais. Foi uma única reunião específica, em que ele estava representando a secretaria junto com outros técnicos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês nunca trabalharam juntos?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor estava na secretaria quando ele veio?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não, já tinha saído.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sai e ele entra, não é? No mesmo período. O senhor sai em fevereiro de 2015 e ele entra em fevereiro de 2015. É a data em que ele entra, ele mesmo afirmou hoje. No final de 2014, ele procura o Padula e mais uma pessoa, que era coordenadora, e fala: “Eu quero ir para a Educação cuidar da Pedagogia”. Mas vai parar na merenda, na alimentação escolar, justamente quando o senhor sai.

Ele acaba tratando com o pessoal da Coaf e tem a intimidade de chamar uma pessoa de “Carlinhos”. O engraçado é que ele fala o seguinte: “A coordenadora pediu que eu ligasse”. Mas ele já chama a pessoa de “Carlinhos”. Então esse Carlinhos já era conhecido. Ali era o centro de operação da Secretaria da Educação nesse caso.

Deputado Zico, devolvo a palavra.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Ao PSDB.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De qual diretório?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Cursino.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - E o senhor mora em Guarulhos?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Hoje, eu moro em Guarulhos. Na época, quando me filiei, eu morava lá.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Na Cursino?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Isso. Saúde, Cursino...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Que fica na zona sul. Guarulhos está na leste. O que me causa muita estranheza é que o senhor não sabe dessa fundação de saúde que presta serviço na Secretaria da Educação.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, o senhor me desculpe, eu estou muito nervoso e...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - E que você recebe... Eu entendo a situação, mas precisamos saber, pois há uma prestadora de serviços que não tem nada a ver com educação e está dentro da Educação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Faculdade de Medicina da USP, o que tem a ver com Educação?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É isso, há muita gente dessa fundação que trabalha na Secretaria da Educação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Hoje, eu não tenho mais conhecimento sobre isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, na época, tinha?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Na época, tinha? Você sabe se havia muita gente?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Se havia muita gente, eu não sei. Eu conhecia duas ou três pessoas que eram contratadas pela fundação também.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Que estavam na Secretaria da Educação e eram contratadas...

O SR. RODRIGO PIMENTA - Sim, até porque a proposta da Fundação Faculdade de Medicina... Parece-me que era vinculado com o programa “Escola da Família”, mas não tenho certeza.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas o senhor disse que não tinha nada a ver com o seu departamento, o programa “Escola da Família”.

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não tem.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Era um balaio de gato bem grande.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Essa fundação é pública ou privada?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, é a Fundação Faculdade de Medicina, vinculada à USP.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Vinculada? Ela não é da USP?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela é privada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, é pública. Não? É privada?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É muito complicado entender isso, sinceramente.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Fica muito complicado entendermos como é que essas coisas...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu não consegui entender ainda essa relação, esse vínculo trabalhista.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem era o presidente da fundação, na época?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, eu não tenho conhecimento sobre o presidente da fundação, pois eu atuava na Secretaria da Educação.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas como é que o senhor fala “Eu sou funcionário da Secretaria da Saúde e vou para a Educação”? O senhor nunca perguntou sobre isso?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O senhor foi para lá e quem indicou o senhor para essa fundação?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Como eu já comentei com os nobres deputados, na época, eu tinha uma chefe do Cerimonial chamada Ivana Catalano, que gostava do meu trabalho e pediu minha contratação.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Isso eu entendi desde o começo. Ela já conhecia essa fundação? Que essa fundação poderia contratar o senhor para trabalhar lá?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Deputado, acredito que ela tenha consultado os órgãos competentes para fazer isso. Ela não o faria sem o devido respaldo legal, acredito eu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Concede um aparte?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pois não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vou conceder o aparte por tolerância, mas já acabou o tempo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu só queria ler, Sr. Rodrigo, o depoimento da Sra. Marilena. Já li uma parte, mas vou ler outra: “...o Desup recebeu o

procedimento autuado e iniciou os procedimentos quanto à cotação de preço, elaboração de preço referencial, edital e audiência; que não se recorda por que razão a diretora técnica do Cenut presidiu a Chamada Pública nº 01/2013, tendo em vista que essa função estava a cargo do Desup; que não tem conhecimento por que o edital da chamada...”.

Agora não é possível construir outra versão. Estou lendo para que o senhor tenha a clareza disso: “...que não tem conhecimento por que o edital da Chamada Pública nº 01/2013 foi assinado pelo diretor do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno - DAAA, Rodrigo da Silva Pimenta, tendo em vista que essa função é do coordenador da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - Cise; que não tem conhecimento dos motivos pelos quais não constam no processo planilha elaborada referente...”.

Vejam só, há outra gravidade aqui. É pior: “...que não tem conhecimento dos motivos pelos quais não constam do processo planilha elaborada referente às pesquisas de preço realizadas pela formalização do preço referencial”.

Não constou a planilha que chegou ao preço de referência. Como o senhor tirou aquele preço de referência?

O SR. RODRIGO PIMENTA - Eu não fiz a pesquisa de preço, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, de fato, não foi feita mesmo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria falar um pouco da fundação. Deputado Zico, V. Exa. me dá um aparte?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Deputado Barros Munhoz, quando chegamos aqui, no governo Fleury, havia uma fundação...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, eu gostaria de solicitar que V. Exas. concluíssem, pois o tempo já está esgotado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Havia o Baneser. Vossa Excelência lembra. Essa fundação é um Baneser tucanado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Essa fundação - apenas para esclarecer - é privada. Ela é privada e serve para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, para evitar a realização de concurso público e para aparelhar a máquina pública, tendo em vista que ele acabou de dizer que é filiado ao PSDB.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Para poder colocar gente do partido.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não havendo mais nenhum deputado inscrito e nada mais a tratar, esta Presidência encerra a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

* * *